

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. **EDUCAÇÃO/ ENSINO BÁSICO**

. SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA

. Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB

. Adesão

Ponto 4. **CULTURA**

. MUSEU MUNICIPAL

. Aquisição de Equipamento

. Candidatura ao POS - C

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL – URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel - IPSS

. Isenção de Taxas

Ponto 6. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO**

. Licenciamento de Obras de Urbanização

. Proc. N.º 01/03

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Ponto 7. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
- . Perímetro Externo - Vedação, Drenagem e Arranjos Exteriores
- . Adjudicação

Ponto 8. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS**

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
- . Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro
- . Prorrogação Graciosa de Prazo

Ponto 9. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS**

- . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
- . Ampliação do Cemitério de Queitide
- . Prorrogação Graciosa de Prazo

Ponto 10. **PROTECÇÃO CIVIL – FOGOS FLORESTAIS**

- . Vigilância Móvel Motorizada
- . Transferência p/A.H.B.V.S.

Ponto 11. **ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA**

- . CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E DAS ÁGUAS RESIDUAIS
- . Sistemas Público e Privado
- . Adjudicação

Ponto 12. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**

- . Protocolo - Regadio sob Pressão do Vale do Casconho
- . Custos Relativos à Entrada em Funcionamento do Sistema
- . Requerimento - Apoio

*23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Ponto 13. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2005**

. Apreciação de Propostas de Alteração - 12.^a/12.^a -

Ponto 14. **APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E
AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2006**

Ponto 15. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

O Senhor Presidente deu início à reunião prestando um conjunto de informações:

- No período que decorreu entre a última reunião e a de hoje, a Câmara fez-se representar numa série de iniciativas ligadas ao Natal, quer no domínio da Educação, em várias Escolas, quer no domínio da Cultura, em variadíssimos Concertos, quer nalgumas IPSS's, quer na sede nos Bombeiros Voluntários.

- Quanto a uma questão levantada pelo Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa na penúltima reunião de Câmara sobre problemas ocorridos no fornecimento de energia eléctrica no Carrascal, Zona Norte da Freguesia da Vinha da Rainha, tal como foi adiantado, o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, no dia 2 de Dezembro, comunicou o sucedido ao Senhor Director de Área da Rede, Eng.º Taborda e no dia 22 de Dezembro deu entrada na Câmara Municipal uma carta que diz: *no seguimento solicitado no vosso prezado ofício 10747 de 02.12.05 e analisados os relatórios técnicos do período em causa, confirma-se a existência de cortes de energia parciais, no Posto de Transformação (PT) do Carrascal nos dias 18, 19, 20 e 21 em períodos que não ultrapassaram os 120 minutos cada.*

Estas avarias deveram-se a problemas ainda não totalmente identificados, mas que obrigavam à actuação do corte geral do Quadro do PT do Carrascal, deixando assim a Rede de Baixa Tensão (RBT) fora de serviço e que obrigava à deslocação do piquete para a sua reposição.

Esta Empresa procedeu de imediato a uma ronda municiosa a todos os elementos da RBT, tendo unicamente encontrado um isolador que apresentava algumas deficiências e que poderia estar eventualmente, na origem dos cortes.

Como medida de precaução vamos proceder à remodelação da RBT, tendo já adjudicado os respectivos trabalhos à Firma Canas, S. A., com prazo de execução até ao final do corrente mês.

Não podemos, deixar de lamentar o acontecido, pelos transtornos que causou aos n/ clientes, mas estamos certos que os trabalhos previstos irão evitar que estas situações se repitam futuramente.

Pelos vistos, não só terão encontrado o elemento causador, como terão já adjudicado um investimento na Rede de Baixa Tensão que serve aquela área espacial, vamos ver, vamos acompanhar...

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “uma prova exemplar que a democracia se revê também em instituições desta natureza é quando os Municípios colocam as suas questões de viva voz e, o órgão autárquico por excelência., que é a Câmara Municipal, dá uma resposta que seja aquela que possa satisfazer os interesses dos Municípios. É nesse sentido que eu queria alertar V. Exa. para o

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

seguinte: os correios, em visita que efectuámos, deram-nos algumas indicações de que porventura ao nível de colocação de números de polícia a situação não será aquela que permite que o funcionamento dos correios e dos carteiros seja a mais adequada no Concelho de Soure. Esta nota que lhe deixamos, certamente, será do seu conhecimento, mas de qualquer maneira deixaríamos registado este interesse da parte de todos nós, dos correios e dos carteiros, de que os números de polícia sejam colocados para que o serviço prestado por eles seja mais eficaz.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “é um problema pertinente ... do nosso conhecimento. Os carteiros antigos que conheciam toda a gente pelo nome, é um tempo que já passou... de facto, em reuniões com os senhores Presidentes de Junta temos vindo a sensibilizá-los para a prioridade que constitui a questão dos números de polícia, até porque se trata de um investimento economicamente pouco ou nada significativo. É um investimento que socialmente nos parece relevante, porque hoje não faz muito sentido que um carteiro tenha porventura dificuldade em localizar a residência de uma pessoa por falta do seu número e, portanto, estamos a tratar disso e vamos tentar, em conjunto com as Juntas de Freguesia, que no ano de 2006 haja uma melhoria significativa na questão da colocação dos números de polícia.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “recordar que no passado dia 25 de Dezembro, para além de se comemorar o dia de Natal, a Banda do Cercal fez 102 anos. É um acontecimento que, por razões óbvias, queria relevar; tendo estado presente como membro, Presidente da Mesa da Assembleia, não estive mandatado pela Câmara Municipal para a representar e, penso que, numa circunstância destas mesmo tendo em atenção o período em que se vive e a indisponibilidade de muitos de nós para estar presente nestas coisas, penso que pelo menos a Câmara Municipal podia ter dado nota da impossibilidade de se fazer representar. Acho que é um acto que merece toda a atenção, desejar, em meu nome pessoal, publicamente os votos de parabéns à Banda não só, pelo facto, de fazer 102 anos mas também porque prestam serviço relevante àquela comunidade e ao Concelho em si e acho que é um momento que devemos aproveitar para assinalar.”

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “concordo inteiramente com o Prof. Fernando Martinho e devo dizer que nos últimos doze anos estive sempre presente. Desta vez, foi-me completamente impossível por razões de natureza familiar... acresce que, aos meus dois Vereadores também não lhes foi possível. Falei com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Gesteira, a quem naturalmente pedi que

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

desse nota da minha impossibilidade e cuidei de enviar uma mensagem ao Senhor Presidente da Direcção da Banda. Foi uma situação de natureza excepcional porque, repito, era eu que estava para estar presente e, atempadamente, não consegui promover a substituição que se impunha, mas penso que é uma das Bandas com mais de cem anos a quem há dois anos atribuímos a Medalha de Mérito Cultural e, portanto faz todo o sentido e toda a oportunidade, não apenas o registo dos parabéns da Câmara Municipal à Banda como o reparo.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “ dar nota que a partir da próxima Segunda-feira vamos dar início ao nosso programa para receber o público. Iremos começar às Segundas-feiras da parte da manhã e às Quintas-feiras da parte da tarde.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. EDUCAÇÃO/ ENSINO BÁSICO

- . SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- . Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB
- . Adesão

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “como sabem ainda não havia uma política nacional de suporte ao Sistema de Apoio à Família no que toca às refeições para o Ensino Básico do 1.º Ciclo, existia apenas para o Pré-Escolar. Porém, a Câmara Municipal de Soure já o vem fazendo há uns anos lectivos e, se o estávamos a fazer e o vínhamos a suportar na íntegra, não faria sentido que, agora que a questão é lançada com suporte nacional, não aderíssemos, no fundo a um processo que já tínhamos antecipado. Portanto, quando a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno me apresentou esta proposta, evidentemente que despachei no sentido de dar o acordo a que enviássemos a Declaração de Adesão à Generalização deste serviço. Por isso, aquilo que proponho é que aprovemos a ratificação do meu despacho em que autorizei que fosse enviada em tempo útil a Declaração de Adesão a um Serviço de Apoio à Família que já tínhamos, cuja implementação já havia sido iniciada.”

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “gostava de colocar uma questão sobre o valor da refeição. Este valor estabelecido por estas parcerias é de 2,50 €, nenhuma destas instituições fornece este serviço por um valor inferior? Então, este é o valor máximo.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “nos Acordos de Cooperação que temos estabelecido com as Instituições para este ano, embora estando o serviço a decorrer, o valor ainda não foi definido, uma vez que é sempre com base nos valores acordados entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, cujo despacho ainda não foi publicado. Temos vindo a transferir 1,35 € por refeição para as Instituições com quem temos Acordos de Cooperação.”

O Senhor Presidente continuou, dizendo: “dito de outra forma, ano após a ano, tem havido uma pequena actualização decorrente dos valores nacionalmente acordados e, neste momento, o valor referência, apesar deles admitirem que vai até 2,50 €, é de 1,35 € ainda sem a actualização que irá sofrer em 2006. O que significa que é um valor, para todos os efeitos, inferior ao que está aqui previsto.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “eu posso estar a ver mal a questão, se o valor praticado é 1,35 €, na informação o preço a pagar pelos alunos mantem-se 1,34 €.”

O Senhor Presidente continuou, dizendo: “os alunos têm pouco ou nada a pagar porque temos aprovado as tabelas menos penalizadoras. Anualmente, o Ministério da Educação fixa tabelas de comparticipação por refeição de acordo com os níveis de rendimentos dos agregados; anualmente temos levado à reunião de Câmara tabelas menos exigentes, menos penalizadoras, assim o preço a pagar é significativamente menor.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “nesta informação refiro exactamente esta questão quando digo que o despacho do Ministério da Educação prevê que os alunos do 1.º Ciclo paguem o mesmo que os alunos do 2.º e 3.º Ciclo nos refeitórios. Para este ano lectivo o valor estipulado é 1,34 €; a tabela que a Câmara Municipal tem aprovado, ano após ano, é similar à adaptada para a Educação Pré-Escolar, que nós definimos com seis Escalões sendo que os alunos

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

pagam entre 0 € e o máximo 1,33 € (ano lectivo 2004/2005) por refeição, isto é, pagavam 1.33 € aqueles que estavam no sexto Escalão com uma capitação bastante elevada. A tabela da Câmara Municipal estipula, um primeiro escalão, que isenta o agregado familiar de qualquer pagamento e aí assumimos o pagamento integral à Instituição; o agregado familiar não paga pelo serviço prestado. A tabela legalmente em vigor não prevê esse escalão que a Câmara Municipal aprovou, isto é, aquela tabela não um escalão em que o agregado familiar esteja isento de qualquer pagamento.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “relativamente a esta proposta queria dar nota que isto é uma medida que já há muito se desejava para o 1.º Ciclo, de facto, o 1.º Ciclo começa a ser olhado “com olhos de ver”, um Ciclo que é extremamente importante na formação das crianças. Todavia queria deixar a nota de que deveremos ter cuidado no servir das refeições às crianças e nas condições higiénico-sanitárias que devem ser criadas para que estas refeições possam ser positivas. Penso que era uma boa oportunidade para que a Carta Educativa estipulasse este tipo de previsões, porque o servir as refeições às crianças exige condições que provavelmente algumas das nossas escolas poderão não ter e essa é uma previsão que teremos que fazer no futuro.”

O Senhor Presidente continuou, dizendo: “de facto é uma medida há muito desejada mas que nós no Concelho já havíamos implementado e o que aparece aqui é a generalização da possibilidade porque isto visa facultar/consagrar a possibilidade da prestação de um serviço a agregados e alunos que sintam dele necessidade. Nestas generalizações o que interessa é generalizar a faculdade de se prestar um serviço e de se dar uma solução mas não propriamente inventar soluções para necessidades inexistentes. Por outro lado, dizer que naquilo que são novos equipamentos, os programas funcionais que sustentam os projectos, trazem já os elementos considerados legalmente necessários e adequados para a prestação dos serviços inerentes ao Serviço de Apoio à Família; nos que não são novos, as reabilitações das escolas que têm número de alunos significativo, têm sido acompanhadas também de intervenções nas Associações Culturais contíguas preparando-se espaços das mesmas na observância daquilo que são exactamente as condições ou os requisitos higiénico-sanitários que referiu. Isso tem que ver com a política municipal mista de conciliarmos a existência de equipamentos centralizadores com outros descentralizados quando a comunidade envolvente justifique a sua manutenção fazendo-se o aproveitamento do equipamento

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

cultural/desportivo e do escolar porque são normalmente equipamentos num espaço próximo.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 4. CULTURA

- . MUSEU MUNICIPAL
- . Aquisição de Equipamento
- . Candidatura ao POS – C

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “nós já tínhamos apresentado uma Candidatura para que, na Biblioteca Municipal, houvesse não apenas a possibilidade dos utentes terem um canal de acesso a Internet mas passarem a ter seis. Simplesmente a Biblioteca tem o seu horário e, tendo nós, outro equipamento cuja utilização social importa intensificar, como é o caso do Museu Municipal, afigura-se-nos que faz todo o sentido que também se deva realizar um investimento no mesmo, de forma a haver cinco canais de acesso à Internet mas, acima de tudo, passar a existir complementaridade entre a possibilidade de fruição existente na Biblioteca com a do Museu e depois, numa terceira fase, naquele outro espaço junto à bancada no tal espaço “Wireless”. Pensamos que é um investimento, que na lógica de alargamento da possibilidade de satisfação deste tipo de necessidades e de revitalização da baixa da vila, faz todo o sentido.

Assim, aquilo que proponho é que ratifiquemos o despacho que autorizou a apresentação desta Candidatura.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “em primeiro lugar queria saber como é que se vai adequar o espaço do Museu a estes cinco postos de Internet, ou seja, como vai ser a disposição dos mesmos no espaço do Museu; a outra questão era se esta Candidatura prevê horários alargados para atendimento de Munícipes, isto é, sendo uma Candidatura complementar àquela que já foi feita para a Biblioteca Municipal, se essa complementaridade também se verifica em termos de horários, noite, fins de semana.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno dizendo: “o que está previsto é alterar o horário do Museu Municipal e também da própria Biblioteca Municipal, no sentido de abrir estes equipamentos ao público, numa primeira fase, aos Sábados, sendo que o Espaço Internet “Wireless” terá um horário nocturno e será alargado aos fins de semana, o que já dará uma resposta diferente do horário que

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

actualmente existe. Quanto à colocação dos cinco postos, depois de analisado o espaço existente ficarão dois à entrada e três no espaço onde, habitualmente, se fazem as exposições de modo a que possa funcionar como espaço Internet, mas que continue a dar a resposta que actualmente já dá em termos de acções habituais no Museu Municipal. O Espaço Internet poderá ser mais uma forma de atrair público para essas exposições.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “concordando que a alteração do horário do Museu Municipal é um ponto fundamental para potenciar a utilização deste equipamento, penso que a divulgação, quer deste investimento quer da alteração do horário é fundamental porque não basta termos as coisas. Se elas não são divulgadas não serão utilizadas. Portanto, a Câmara Municipal deve divulgar esta informação de modo a chegar aos interessados a utilização deste mesmo equipamento.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel - IPSS**
- . Isenção de Taxas**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL - IPSS
ISENÇÃO DE TAXAS

A IPSS, acima referida, vem requerer a isenção do pagamento de taxas devidas pelo licenciamento da edificação e posterior utilização de um edifício destinado a Creche, localizado em Coles de Samuel. Tendo em conta a função social que exerce aquela entidade, bem como as atribuições que os municípios possuem no âmbito da acção social - cf. alínea h) do n.º 1 do artigo 13.º e n.º 1 do artigo 23.º da lei n.º 159/99, de 14 de Setembro -, cremos que nada obsta ao deferimento do pedido em causa, como foi entendido em casos anteriores.

Deste modo, sugerimos, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento e Tabela de Taxas de Licenças e de Prestação de Serviços Municipais, o deferimento do presente pedido de isenção do pagamento das taxas acima referidas.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

26.12.2005

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “trata-se de uma IPSS do Concelho que tem um investimento em curso e que solicita, na linha do que é hábito por parte deste tipo de Instituições, à Câmara Municipal que aprove a isenção do pagamento das Taxas correspondentes ao licenciamento das obras em curso; é uma isenção que significa cerca de 300,00 euros.

Aquilo que eu proponho, de acordo com o previsto no Regulamento e com aquilo que tem sido a nossa prática perante situações semelhantes, é que aprovemos o deferimento do presente pedido de isenção.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente pedido de isenção do pagamento de taxas, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 6. URBANIZAÇÃO E URBANISMO – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO
 . Licenciamento de Obras de Urbanização
 . Proc. N.º 01/03

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO
 LICENCIAMENTO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO
 ANTÓNIO FÉLIX MENDES - GRANJA DO ULMEIRO
 PROC. N.º 01/03

ENQUADRAMENTO:

Em reunião realizada em 30.07.2004, a Câmara Municipal deliberou deferir um pedido de licenciamento de alteração às especificações do alvará n.º 01/94, no que respeita ao número de lotes e de fogos, passando de dois para três lotes, através do fraccionamento do lote n.º 1, com a área de 3.327 m², destinando o novo lote n.º 3 à construção de cinco moradias geminadas.

Com a emissão do aditamento ao alvará de loteamento e de obras de urbanização, o loteamento passará a possuir, para além de outras, as seguintes características:

N.º	ÁREA M ²	FINALIDADE	ÁREA DE IMPL. M ²	A.B.C. M ²	N.º DE PISOS	N.º FOGOS	ESTAC.
		Habitação	319	425	2		

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005**

1	1.240	anexos	54	54	1	1	6
2	513	Habituação	155	310	2	1	5
		anexos	51	51	1		
3	843	Moradias Geminadas	508	1.016	Cv+2+st	5	15
Total	2.596	-	1.087	1.856	-	7	26

De acordo com esta alteração, o loteador cede o domínio municipal uma parcela de terreno com 266,3 m², destinada a espaços verdes e de utilização colectiva, e outra com 818,7 m², a juntar aos 210 m² cedidos no loteamento inicial, destinada a infra-estruturas viárias, a distribuir da seguinte forma:

Infra-Estruturas Viárias			
Arruamentos		Passeios e Estacionamento	
A Ceder	De Natureza Privada	A ceder	Natureza Privada
498,7 m ²	0 m ²	320 m ²	0 m ²

Estas cedências são necessárias à execução, por parte do loteador, de um arruamento com uma plataforma de 6,5 m, complementado com uma faixa de 1,6 m, em ambos os lados do arruamento, destinada a passeios e uma parcela de terreno destinada a estacionamento públicos (5 estacionamento públicos).

O loteador cede, também, para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 159 m² que permitirá, em parte, o futuro acesso à variante cujo traçado está a ser desenvolvido no âmbito do Plano da Zona de Expansão da Granja do Ulmeiro, contribuindo em parte para a criação de uma acessibilidade alternativa as actualmente existentes que se revelam exíguas.

Pedido de Licenciamento de Obras de Urbanização:

Uma vez que a presente alteração implica a realização de obras de urbanização, submetemos à apreciação do órgão executivo, através da presente informação, e após análise pelos serviços técnicos, o respectivo pedido de licenciamento:

1. Estimativa do custo/Prazo de execução

Após a aprovação pelas entidades competentes dos respectivos projectos de infra-estruturas de energia eléctrica e de abastecimento de gás e após a análise pelos serviços técnicos dos restantes projectos (infra-estrutura de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e pluviais, arranjos exteriores e de telecomunicações), chegamos a uma estimativa orçamental para a realização das obras de urbanização de 59.741,18 euros (ver informação dos serviços técnicos em anexo) e um prazo estimado de 24 meses, para a execução das mesmas.

2 Caução

O valor da caução deverá ser, de acordo com o n.º 3 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16.12, igual ao valor constante dos orçamentos para execução dos projectos das obras a executar, que no pedido em análise foi calculado, como referimos, em 59.741, 18 euros.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Nos termos da mesma disposição, sugiro que aquele valor seja acrescido de uma importância 5% para as despesas de administração, no caso de necessidade de recurso ao disposto nos artigos 84.º e 85.º do mesmo diploma, que prevêem a possibilidade de execução destas obras por parte da Câmara Municipal ou de terceiros adquirentes dos lotes, no caso de o titular do alvará não as executar.

Conclusão

Face ao disposto na presente informação técnica dos serviços, sugerimos:

Que seja deferido o presente pedido de licenciamento de obras de urbanização com base no disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16.12, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 04.06, com os condicionalismo referidos na informação técnica.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
26.12.2005

e

Assunto: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO NA GRANJA DO ULMEIRO
PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO
PROC. N.º 01/03 - ANTÓNIO FÉLIX MENDES

A presente operação de loteamento visa alterar as especificações do alvará de loteamento n.º 1/94 relativamente ao lote n.º 1.

O loteamento é constituído por dois lotes com duas moradias unifamiliares construídas. Pretendem os requerentes no lote n.º 1 com 3.327 m², criar mais um lote destinado a edifício de moradias geminadas.

No final teremos 3 lotes todos destinados a moradias. No lote a criar será construído um edifício com 5 moradias em banda cave, r/c + 1 piso + sótão.

O pedido de licenciamento foi deferido por deliberação de Câmara tomada na reunião de 30 de Julho de 2004.

Para realização das obras de urbanização foram apresentados os respectivos projectos tendo já sido aprovados pelas entidades competentes os projectos de infra-estruturas de electricidade e de gás.

O valor apresentado para realização de infra-estruturas é de 59.741,18 euros discriminados do seguinte modo:

Infra-estruturas	Orçamento
Infra-estruturas de energia eléctrica	11.059,00 €
Infra-estruturas de telecomunicações	2.510,00 €

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Arruamentos e arranjos exteriores	21.433,30 €
Infra-estruturas de abastecimento de água	4.267,56 €
Infra-estruturas de drenagem de águas residuais e pluviais	16.232,00 €
Infra-estruturas de abastecimento de gás	4.239,32 €
Total	59.741,18 €

O prazo pretendido para realização das obras de urbanização é de 24 meses.

O traçado da rede de esgotos residuais e pluviais atravessa o lote 1. Esse lote ficará com uma servidão.

Face ao exposto, sugere-se a aprovação das obras de urbanização nos termos da informação supra.

À Consideração Superior,
Maria José O. Carvalho - Eng.ª Civil
25.10.2005

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “trata-se de um loteamento que foi aprovado em devido tempo e que teve uma alteração às especificações, também aprovada em devido tempo. Agora, trata-se de aprovarmos o licenciamento das obras de urbanização que foram exigidas pelos serviços no âmbito da aprovação desse loteamento, infra-estruturas de energia eléctrica, telecomunicações, arruamentos e arranjos exteriores, abastecimento de água, drenagem e abastecimento de gás.

Podemos fazer a visualização do loteamento com apoio da Senhora Chefe de Divisão de Obras Particulares, Eng.ª Maria José.”

Foi visualizado o loteamento.

O Senhor Presidente continuou dizendo: “o que eu proponho é que se defira este pedido de licenciamento de obras de urbanização, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente pedido de licenciamento de obras de urbanização, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 7. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
- . Perímetro Externo - Vedação, Drenagem e Arranjos Exteriores

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

. Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO - PERÍMETRO EXTERNO
VEDAÇÃO, DRENAGEM E ARRANJOS EXTERIORES
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de **24.11.2005**, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo** (com consulta obrigatória) como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das cinco empresas consultadas, apresentaram propostas as seguintes:

Empresa	Valor	Prazo
Pinto & Braz, Lda	23.512,00	10 dias
Construções Aquino & Rodrigues, S. A	21.302,90	“

Tendo em conta o critério de análise de propostas - unicamente o do preço mais baixo -, que a empresa respondeu ao solicitado e o valor da proposta embora superior (ligeiramente) ao estimado, é aceitável, os serviços técnicos sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa Construções Aquino & Rodrigues, S. A.

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - *vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Foi efectuada a audiência prévia pela comissão de análise das propostas, não tendo qualquer das empresas apresentado reclamações ou pedidos de esclarecimentos.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A adjudicação da presente empreitada à empresa Construções Aquino & Rodrigues, S. A
2. Autorização para a realização da despesa no valor de 21.302,90, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
26.12.2005

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “ aquilo que eu proponho é que se aprove a adjudicação deste investimento à empresa que apresentou a proposta mais favorável, conforme decorre da informação técnica dos serviços.”

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 8. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
 . CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
 . Ampliação do Cemitério da Granja do Ulmeiro
 . Prorrogação Graciosa de Prazo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
 CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
 AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA GRANJA DO ULMEIRO
 PRORROGAÇÃO GRACIOSA DE PRAZO

A empresa adjudicatária da obra vem, em virtude, designadamente, das condições climatéricas adversas, requerer uma prorrogação graciosa do prazo contratual, nos termos do ponto 5.2.1 do caderno de encargos, documento que faz parte integrante do contrato outorgado entre aquela empresa e o município.

Uma vez que os serviços técnicos aceitam os motivos justificados, sugerimos o deferimento do presente pedido de prorrogação.

Á Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
26.12.2005

e

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
 CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
 AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA GRANJA DO ULMEIRO
 PRORROGAÇÃO GRACIOSA DE PRAZO

Dados da empreitada:

Adjudicação	75.538,95 €
Data Consignação	13/10/2005
Prazo Inicial	90 Dias
Data Conclusão	01/01/2006

Considerando:

- 1 Que, o prazo de execução da obra se encontra quase esgotado;
- 2 O pedido de prorrogação apresentado pelo empreiteiro, em anexo, bem como as razões nele invocadas.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Sugere-se, a aprovação de uma prorrogação graciosa da empreitada com data de conclusão prevista para o dia 03.03.2006 (60 dias).

À Consideração Superior,
(Mauro Alegre, Eng. Civil)
14.12.2005

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “como sabem, está em curso um investimento na ampliação do cemitério da Granja do Ulmeiro. O empreiteiro a quem foi adjudicada a obra solicitou, invocando razões de natureza climatérica, uma prorrogação graciosa do prazo previsto.

Aquilo que eu proponho é que aprovemos o pedido de prorrogação graciosa de prazo desta empreitada.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação graciosa de prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 9. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS

. CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS

. Ampliação do Cemitério de Queitide

. Prorrogação Graciosa de Prazo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE QUEITIDE
PRORROGAÇÃO GRACIOSA DE PRAZO

A empresa adjudicatária da obra vem, em virtude das condições climatéricas adversas, requerer uma prorrogação graciosa do prazo contratual, nos termos do ponto 5.2.1. do caderno de encargos, documento que faz parte integrante do contrato outorgado entre aquela empresa e o município.

Uma vez que os serviços técnicos aceitam os motivos justificados, sugerimos o deferimento do presente pedido de prorrogação.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
26.12.2005

e

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – CEMITÉRIOS
CONSTRUÇÃO/REABILITAÇÃO – DAS FREGUESIAS
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE QUEITIDE

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Dados da empreitada:

Adjudicação	34.906,88 €
Data Consignação	12/10/2005
Prazo inicial	90 dias
Data conclusão	10/01/2006

Considerando:

1. Que, o prazo de execução da obra se encontra quase esgotado;
2. O pedido de prorrogação apresentado pelo empreiteiro, em anexo, bem como as razões nele invocadas.

Sugere-se, a aprovação de uma prorrogação graciosa da empreitada com data de conclusão prevista para o dia 11.05.2006 (120 dias).

À Consideração Superior,
(Mauro Alegre, Eng. Civil)
15.12.2005

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “o que eu proponho é que aprovemos o pedido de prorrogação graciosa de prazo desta empreitada.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a prorrogação graciosa de prazo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 10. PROTECÇÃO CIVIL – FOGOS FLORESTAIS

- . Vigilância Móvel Motorizada
- . Transferência p/A.H.B.V.S.

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “na reunião de 30 de Julho de 2005 informei a Câmara Municipal de que havia sido aprovada a Candidatura apresentada ao Programa de Apoio à Vigilância Móvel Motorizada nos Espaços Rurais, - Brigadas Autárquicas de Voluntários/2005 -, mas, apenas para uma brigada. De qualquer forma, a Câmara Municipal acordou com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários que, não obstante a Candidatura só ter tido a aprovação de uma brigada, deveriam os Bombeiros manter, como é habito, as três brigadas que assegurassem em permanência dois grupos de vigilantes a circular pelas zonas mais densamente arborizadas do Concelho.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Normalmente, quando se chega ao final da época, os bombeiros costumam enviar um ofício para a Câmara Municipal solicitando que lhes seja aprovada a transferência do montante correspondente ao custo do funcionamento dessas brigadas; dou-vos nota de que o que foi aprovado foi um valor de sensivelmente 2.610,00 €, no âmbito da Candidatura apresentada.

O que eu proponho é que se aprove uma transferência de 4.350,00 € para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, no âmbito da Vigilância Móvel Motorizada.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a transferência proposta de 4.350,00 euros.

Ponto 11. ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA

- . **CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E DAS ÁGUAS RESIDUAIS**
- . **Sistemas Público e Privado**
- . **Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA
CONTROLO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E DAS ÁGUAS RESIDUAIS
SISTEMAS PÚBLICO E PRIVADO
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de **24.11.2005**, foi decidido recorrer à figura da consulta prévia com vista à adjudicação do fornecimento acima referido.

Das cinco empresas consultadas, apenas três apresentaram propostas. Tendo em conta o critério de adjudicação - o do preço mais baixo -, o projecto de decisão final, elaborado pela comissão, aponta para a adjudicação do presente fornecimento à empresa CESAB - Centro de Serviços do Ambiente.

N.º da Proposta	Concorrente	Valor (euros)
1	Cesab	28.953,10
2	Citeve	30.674,04
3	Laboratório Tomaz	33.127,50

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, o presente procedimento encontra-se dispensado de audiência prévia dos interessados, uma vez que foram admitidas todas as propostas apresentadas e o critério de adjudicação é unicamente o do preço mais baixo.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Tendo em conta o valor da adjudicação, poderá ser dispensada a exigência de caução, prevista no artigo 69.º do citado diploma, como forma de garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações assumidas na proposta.

Sugerimos,

1. A adjudicação do presente fornecimento à empresa **CESAB - Centro de Serviços do Ambiente;**
2. Autorização para a realização da despesa no valor de 28.953.10, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
26.12.2005

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “trata-se de aprovarmos a adjudicação deste serviço para o próximo ano à empresa creditada que apresentou a proposta mais favorável.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 12. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
. Protocolo - Regadio sob Pressão do Vale do Casconho
. Custos Relativos à Entrada em Funcionamento do Sistema
. Requerimento - Apoio

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
PROTOCOLO - REGADIO SOB PRESSÃO DO VALE DO CASCONHO
CUSTOS RELATIVOS À ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

De acordo com o Protocolo celebrado com a Junta de Agricultores do Regadio do vale Casconho (cláusula 2.ª, n.º 1, alínea b), foi assumido por parte deste Município o custeio de todas as operações adjacentes à execução da obra, não incluídas no âmbito do contrato de atribuição celebrado com o IFADAP.

As despesas apresentadas no valor de 1.300,00 euros, são relativas a testes e ensaios decorrentes necessários à entrada em funcionamento do sistema de rega implantado na Ribeira do Casconho, e que não são suportadas pelo IFADAP no âmbito do referido contrato.

À Consideração Superior,

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
26.12.2005

Interveio o Senhor Presidente dizendo: “trata-se de um investimento desenvolvido pela Junta de Agricultores do Regadio do Vale do Casconho, que tem a ver com um Sistema de Regadio sob Pressão que serve cerca de 100 agricultores. Foi um investimento de 500.000 euros, financiado a 100% através da aprovação de uma Candidatura apresentada ao Programa AGRIS, por essa Junta de Agricultores; então, subscrevemos, com a Junta de Agricultores, um Protocolo aprovado na Câmara Municipal, Protocolo esse, que previa a possibilidade de darmos todo o apoio técnico à elaboração da Candidatura e de, aprovada a mesma, colaborarmos cofinanciando algumas despesas operacionais que não tivessem sido consideradas elegíveis.

Agora, com a mesma cobertura protocolar que consagra a possibilidade da Câmara Municipal aprovar este tipo de pequenos apoios que garantam a operacionalização deste sistema de rega, o que está em causa é que a Junta de Agricultores veio pedir um apoio de 1.300,00 euros para custear as despesas inerentes ao período final de testes e ensaios decorrentes da entrada em funcionamento.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 1.300,00 euros. -----

Ponto 13. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2005
. Apreciação de Propostas de Alteração - 12.ª/12.ª -

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de uma pequena alteração residual que tem que ver com pequenos pagamentos que ainda se tornaram possíveis realizar este ano.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos as propostas de alteração - 12.ª/12.ª - .”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e C.D.U. e três (3) abstenções dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S.D., aprovar as propostas de alteração - 12.ª /12.ª - .-----

Ponto 14. APRECIÇÃO DE PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E DO ORÇAMENTO, PARA O ANO DE 2006

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

O Senhor Presidente referiu que: “começando pela proposta de Orçamento, a exemplo da abordagem que tenho feito ano após ano, gostaria de vos dizer o seguinte: sem prejuízo destas propostas de Plano e Orçamento surgirem no término de um conjunto de investimentos cofinanciados pelo III Quadro Comunitário de Apoio e, em simultâneo, com a preparação do IV QCA... um período em que se concluem obras e se dá cobertura em termos de receita para se poder efectuar a correspondente despesa, um período de transição porque se está a preparar um conjunto de obras que esperamos que venham também a ter elegibilidade no próximo QCA; se juntarmos a isto uma conjuntura macroeconómica de recessão em que se mantêm as transferências do Orçamento Geral do Estado e em que algumas despesas aumentam pelo simples aumento do IVA ou dos encargos patronais, estou em condições de vos dizer que esta proposta de Orçamento tem, do nosso ponto de vista, cinco características fundamentais, a saber:

- a observância das regras previsionais legalmente aplicáveis - nas receitas ordinárias, os valores propostos resultam da média aritmética dos últimos vinte e quatro meses, tal e qual como determinam as regras em vigor aplicáveis;
 - o rigor técnico possível, a transparência e o pragmatismo - tem, naturalmente, uma rubrica de receita sobreavaliada, - a Venda de Bens de Investimento -, que tem um valor que é sensivelmente o da dívida a Credores que não a Banca com que se irá fechar o exercício económico;
 - a consciência social - assenta em tarifários, no que toca a serviços essenciais cuja prestação é garantida pela Câmara Municipal, que são dos mais baratos do país;
 - continuarmos a privilegiar a consolidação da auto-suficiência orçamental, isto é, não obstante termos que fazer uma projecção de receitas correntes condicionada à tal média aritmética, o que não acontece na despesa corrente, tal continua a ser possível, ainda assim, ou seja projectar que as receitas correntes cobrirão as despesas correntes libertando meios para o investimento;
 - não obstante ser uma proposta de Orçamento incontornavelmente menor do que a proposta aprovada para 2005, mesmo assim, se atentarmos no previsto para as transferências de capital e para as transferências correntes, continua a manter valores significativos em termos de descentralização através da manutenção da aposta no reforço da capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia, das Associações Culturais e Desportivas, Acção Social, Protecção Civil ...
- Também a proposta de Plano Plurianual de Investimentos é, evidentemente, inferior à do ano passado mas é uma proposta de Plano realista... não podemos deixar de dar cobertura a um conjunto de investimentos recentemente terminados

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

ou em curso e que têm que integrar o Plano; depois temos apenas um remanescente condicionado para dar o sinal político daquilo que entendemos serem as prioridades a definir no plano político, decorridos/terminados os investimentos em curso ou os investimentos recentemente terminados. Mesmo assim é possível perceber que se manterá e reforçará, ainda que quantitativamente isso não pareça, o esforço tendente ao fecho da Rede de Saneamento, porque, não só integram esta proposta de Plano os investimentos na Etar de Paleão, Figueiró do Campo, Casal dos Bacos/Porto Godinho, Pouca Pena e Lugares Limítrofes, Sobral e Lugares Limítrofes, sendo que três deles estão terminados e dois estão em curso, mas também, no âmbito da estratégia de alargamento de rede insistindo nas zonas mais densamente povoadas e onde não houve investimentos recentes na rede viária, surge uma zona densamente povoada da Freguesia de Soure sem qualquer tipo de preferência, que assenta em critérios objectivos (zona do Espírito Santo) onde os serviços técnicos já estão a desenvolver os projectos que sustentarão a abertura do correspondente concurso público; surge também a Zona Sul da Freguesia da Vinha da Rainha, não porque tínhamos entendido dedicar-lhe qualquer tipo de protecção particular, mas porque estando nós a batermo-nos por uma intervenção partilhada com a Administração Central na reabilitação e correcção do Troço Soure/Louriçal e atravessando esse troço a Zona Sul da Freguesia que tem um povoamento disperso, temos que desenvolver o projecto necessário para a substituição do colector em calendário coincidente com o investimento viário que pretendemos que venha a ocorrer naquela zona, isto é, temos que acautelar a necessidade de qualquer intervenção nesta ligação viária de grande importância no Concelho, de ser antecedida ou acompanhada da implantação do colector que permitirá depois trabalhar a rede em baixa nessa zona do Concelho. Aqui, houve também a necessidade de priorizar este investimento em termos de Saneamento Básico decorrente do esforço que está a ser desenvolvido no domínio viário em termos dessa ligação.

Em matéria de Desenvolvimento Económico, onde parece que diminuámos a aposta, importa referir que o investimento superior a 1.500.000,00 de euros na Zona Industrial de Soure está terminado e o montante que aqui surge é aquele que ainda está por regularizar em termos económicos e financeiros.

Em contrapartida, o caminho a trilhar nas demais Zonas de Actividade Económica (Queitide, Alfarelos e Venda Nova)... em Queitide, comprado e pago o terreno que permitirá a sua ampliação, importa aprovar um Plano de Pormenor, desenvolver o correspondente projecto de infra-estruturas e arranjos urbanísticos para percorrermos a estratégia que tivemos na Zona Industrial de Soure e isto vale

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

também para a Zona de Alfarelos/Granja do Ulmeiro. Já para a Zona da Venda Nova, como sabem, no mandato anterior a estratégia seguida foi outra, aprovámos um Protocolo com um privado que estará a desenvolver uma proposta de Plano de Pormenor em observância com o PDM aplicável e que, a muito curto prazo, porque esse Protocolo tem um prazo limite, terá que ser apreciado na Câmara Municipal e depois na Assembleia Municipal.

Dizer-vos que este ano marcará um novo reforço no investimento em equipamentos que servirão de suporte ao trabalho dos chamados funcionários externos da Câmara Municipal, procurando-se criar melhores condições em termos sociais de apoio ao seu trabalho, e também na aquisição de equipamento individual e de protecção.

Para além destas três referências especiais: Saneamento, Desenvolvimento Económico e Recursos Humanos, gostaria de dizer que esta proposta revela bem, que não obstante haver uma insistência forte no investimento em infra-estruturas, Rede Viária, Abastecimento Público de Água, Rede de Esgotos, voltamos a ter uma previsão em que cerca de 50% do investimento é dirigido às áreas de Humanização e ao Desenvolvimento Económico.

Esta é, do nosso ponto de vista, uma proposta que continua também a manter a preocupação de um duplo equilíbrio em termos de tratamento igualitário, quer das doze Freguesias do Concelho, quer de atendimento equilibrado, àquilo que são as atribuições e as competências municipais e que têm como grande objectivo contribuir para o Desenvolvimento do Concelho mas, acima de tudo, de um Concelho que para ser desenvolvido tem que ser cada vez menos assimétrico e cada vez mais homogéneo.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “começando pelo Orçamento, ao analisarmos o documento, evidentemente que não estamos aqui para fazer qualquer análise contabilística do documento, estamos mais numa perspectiva política e nas implicações que um documento destes tem no desenvolvimento do Concelho.

Em nosso entendimento, no início do novo mandato autárquico, seria importante dar indicações de como será o futuro, qual é o planeamento estratégico que pretendemos para o nosso Concelho, portanto, entendemos que neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano isso devia ter indicações mais precisas e não tem.

Relativamente ao Orçamento tenho algumas questões que gostaria de levantar e que o Senhor Presidente pode explicar, referem-se exactamente com alguns “abaixamentos” que estão previstos nas transferências de capital. Nas receitas

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

também se prevê, ainda que de forma simbólica, que os impostos directos não cresçam, diminuam. No que diz respeito à despesa, verificamos que existe um equilíbrio, neste Orçamento, muito maior que no anterior relativamente às despesas correntes e às despesas de capital, sendo que uma das diferenças notórias que se verifica é um aumento substancial nos encargos com o pessoal de cerca de 250.000,00 euros.

Depois se esmiuçarmos o documento, que é exaustivo, e já agora solicitava que numa próxima oportunidade nos facultassem este documento em suporte informático porque para nós era mais fácil trabalhá-lo, verificamos que, por exemplo, às despesas com os órgãos autárquicos, nomeadamente no que diz respeito ao pessoal de regime de tarefa ou avença tem um acréscimo de 76% que nós não conseguimos deslumbrar da sua razão neste documento.

É verdade que relativamente às despesas de capital, os passivos financeiros baixam para 50.000,00 euros mas isso penso eu numa análise que fiz não muito profunda, decorrerá da proposta que o Senhor Presidente fez há pouco relativamente ao período de carência dos empréstimos que o Município possui.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “quando o Senhor Vereador fala em indicações mais precisas em termos de planeamento estratégico... vamos lá ver, estas propostas, sendo propostas em que é feito um exercício de previsão para um ano, elas integram Planos Plurianuais e não podem deixar de reflectir um conjunto de opções que estão em curso ou a acabar e depois, naturalmente, dar o sinal do que aparecerá a seguir.

A questão dos impostos directos diminuirão..., estamos convencidos que eles vão aumentar, já o ano passado assim era, porque trabalhámos com a média aritmética dos últimos vinte e quatro meses. A questão é que no ano passado havia a perspectiva de haver uma compensação de Sisa que se veio a revelar ser de cento e pouco mil euros e não de um milhão e tal, o que obrigou a uma devolução. Este ano, não podemos adicionar à média aritmética qualquer tipo de reembolso de Sisa que não está previsto porque de resto é exactamente a mesma metodologia.

Na questão do pessoal a diferença não é a que referiu, mas quanto ao pessoal em regime tarefeiro nos órgãos da Administração Autárquica, eu não conheço contabilisticamente a forma como foram feitos os cálculos, terão sido na observância das regras legais aplicáveis. Posso-lhe dizer que há o pessoal dos quadros, o pessoal em outra em situação, o pessoal dos gabinetes de apoio dos órgãos autárquicos e o pessoal avençado... qualquer destas quatro áreas tem mapas anuais que são enviados e publicitados, os quais temos sempre todo o gosto em

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

facultar, e não é previsível, bem pelo contrário, nenhum incremento, nem em avenças, nem nos gabinetes de apoio. Se há qualquer exercício que me ultrapassa e foi feito pelos serviços, nada melhor do que consultá-los e compulsar os documentos de suporte que em concreto evidenciam qual é o pessoal que está e não está na Câmara Municipal.

Agora não acompanho, porque não sou técnico da área económica ou financeira da Câmara Municipal, os exercícios de previsão feitos pelos serviços em termos de projecção das despesas com o pessoal. Questão das transferências de capital..., para 2005 tínhamos cerca de seis milhões de euros em receitas de capital (três milhões e pouco de euros por transferências do Orçamento Geral do Estado e dois milhões e tal de cofinanciamentos com candidaturas aprovadas e homologadas). Como neste ano de 2005, que será avaliado em Abril, vieram já quase três milhões de euros e essas Candidaturas estão praticamente no fim, para o próximo ano aparecem, apenas as transferências do Orçamento Geral do Estado, que são as mesmas, sem qualquer incremento e uma parte significativamente menor porque é o resto das candidaturas aprovadas, sendo que para as que viermos a aprovar não podemos legalmente integrá-las já como receita, só podemos integrar como receita aquilo que forem cofinanciamentos decorrentes de candidaturas aprovadas e homologadas. Se estou num ano em que tenho a terminar as que estavam aprovadas e homologadas e estou a iniciar outras que ainda não tenho, é evidente que os seis milhões têm que vir para pouco mais de metade que é o que fica na mesma nas transferências do Orçamento Geral do Estado mais aquilo que era o resto das que estavam aprovadas e homologadas. Só seria possível manter esses níveis se, porventura, tivéssemos muito atrasados os investimentos apoiados no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.”

Interveio o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho dizendo: “passando agora às Grandes Opções do Plano, na rubrica Educação, julgo que conhecemos todos que a Educação é um desígnio que todos devemos “abraçar” como fundamental para que as nossas gerações vindouras estejam mais preparadas para os desafios que aí vêm e, evidentemente, reconhecemos que tem que haver um esforço acrescido nesta área.

Há uma dúvida que me aflora na rubrica 01, “Construção do Centro Escolar das Freguesias de Degraças e de Pombalinho”. Comparei com o do ano passado e vinha escrito nas Grandes Opções do Plano “Construção de Jardim de Infância”, não consegui perceber se isto era um complemento do anterior ou se, porventura, era uma mudança estratégica em termos de construção. Esta era uma questão que,

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

na minha perspectiva e depois de uma análise ainda superficial da mesma, me levou a pensar que este tipo de investimento devia estar em estreita consonância com a Carta Educativa que está a ser elaborada, cujo desenvolvimento ainda não foi dado a conhecer mas penso que opções destas devem estar consubstanciadas na Carta Educativa.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “diz o Prof. Fernando Martinho, e bem, que na proposta de Plano que aprovámos para 2005 tínhamos “Jardim de Infância das Degraças”. A questão é esta: na altura pretendia-se aproveitar o edifício da Escola Básica do 1.º Ciclo e pensou-se que, como havia salas livres, poderíamos fazer um investimento de reabilitação profunda.

A forma como decorreu o investimento em Tapeus, embora lhe tenhamos chamado “Jardim de Infância”, em bom rigor, temos agora um Centro Escolar. Em Tapeus o que nós temos é um Jardim de Infância, uma Escola Básica do 1.º Ciclo e Espaços para Sistema de Apoio à Família e se juntarmos essa opção à opção que tivemos em Degraças/Pombalinho, no que toca à Saúde, e lembrando-nos que as Escolas da Freguesia de Pombalinho têm um reduzidíssimo número de alunos e não permitem que pensemos que é possível garantir perpetuar no tempo o seu funcionamento, vamos ter que apostar para uma centralização dos serviços educativos das duas Freguesias. É claramente uma mudança estratégica e o que terá que aparecer para servir as duas Freguesias é um equipamento com características cumulativas de Jardim de Infância e de Escola Básica do 1.º Ciclo, com espaço de Sistema de Apoio à Família, naturalmente, acompanhado de um sistema de transportes escolares adequado e dirigido a essa zona limítrofe do Concelho.

É uma mudança estratégica que decorre da experiência de investimento realizado/desenvolvido na Freguesia de Tapeus. Por outro lado, aquilo que foi desenvolvido na zona serrana, em termos de Saúde, e o facto de não termos a menor dúvida de, independentemente no plano pedagógico, ser desaconselhado haver escolas com três/quatro alunos, nós sabemos que, superiormente, escolas nessa situação não vão sequer continuar. A solução para aquela zona do Concelho parece-nos/afigura-se-nos, que deverá passar por fazermos um investimento num equipamento educativo que centralize o Pré-Escolar, o Básico do 1.º Ciclo e o Sistema de Apoio à Família para alunos dessas duas Freguesias do Concelho.”

Interveio o Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos dizendo: “relativamente ao Desporto e Tempos Livres é com alguma tristeza que reparo que o Pavilhão Municipal, de apoio às Freguesias Norte do Concelho, nomeadamente, Alfarelos,

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Granja do Ulmeiro e Figueiró do Campo, pela leitura simples e correcta que fiz, só estará disponível para ser utilizado na época desportiva 2008/2009. Do ponto de vista desportivo penso que terá algum efeito redutor no volume que os polidesportivos criaram no Concelho porque passámos a ser o segundo ou terceiro concelho, em termos de equipas e atletas, com as directivas dos organismos centrais que prevêem que a partir de 2007/2008 todos os jogos tenham que ser realizados em espaços cobertos das equipas seniores e no ano seguinte está programado que sejam os das equipas juniores. Verifica-se que, a nível desportivo felizmente o Concelho de Soure, nesta modalidade específica do Futsal, tem cinco equipas de seniores masculinas e uma feminina. Este ano, e porque os jogos de competição têm que ser feitos já em espaços cobertos, verifica-se que está a ser extremamente difícil arranjar espaços para efectuar os mesmos, com algum prejuízo da qualidade do Futsal praticado porque se os jogos já têm que se realizar durante a semana quer dizer que já não há espaços para os treinos. É com alguma preocupação que vejo que, de facto, isto pode provocar uma redução porque, nos Concelhos limítrofes também não há muitos pavilhões; mesmo que as equipas se quisessem “socorrer” de outros pavilhões para disputar os seus jogos é extremamente difícil e penso que isto, a curto/médio prazo, vai ter algum efeito redutor na modalidade de Futsal, além de que não permite que, mesmo que haja vontade e dinamismo para enveredar por outro tipo de actividades desportivas, um pavilhão teria outras potencialidades que não têm os polidesportivos que no tempo de Inverno são bastantes redutores desta actividade.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “subscrevo na íntegra a preocupação que acabou de ser expensa mas, em concreto, gostaria de lhe adiantar o seguinte: 2008/2009 pode não sê-lo, porque como sabem, uma coisa é a tradução financeira de um investimento, outra coisa é a tradução em termos de calendário físico. Se pensarmos na construção de outros Polidesportivos em que temos que dar cobertura aos investimentos já desenvolvidos, por exemplo Brunhós, embora o equipamento esteja concluído, não está pago, logo tem que haver uma tradução económica ou financeira que vai para além da entrada em funcionamento do equipamento.

A questão é esta: este ano temos, em definitivo, que consensualizar ou não a localização que terá como proposta da minha parte, a não ser que tenham surgido outros elementos, a questão do espaço onde antigamente funcionava o campo de futebol de onze do Ulmeirense. Esse espaço, como sabem, neste momento tem

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

uma transacção jurídica que está em curso e que decorre do facto da Câmara Municipal ter adquirido um terreno no centro da Granja do Ulmeiro.

O Ministério da Educação ofereceu-nos um projecto tipo de um pavilhão desportivo coberto com capacidade semelhante àquele que fizemos, há alguns anos, junto à EB 2/3 de Soure, mas já com as últimas alterações em termos funcionais sugeridas mais recentemente pelo Instituto do Desporto. Portanto, nós temos que resolver o problema definitivo da localização em termos sociais, políticos e jurídicos, temos que desenvolver um projecto de implantação e abrir o concurso público, daí que me pareça que, muito dificilmente, podemos dar maior expressão a este investimento do que a que está a ser dada em termos do ano de 2006; trata-se da segunda área do Concelho mais densamente povoada, se excluirmos a Sede do Concelho e a sua pequena área metropolitana.

Como sabem, há uma IPSS que tem já um investimento em curso num pavilhão desportivo coberto que carece de um último apoio. É natural que venhamos, no primeiro pacote de apoios ao investimento, aprovar um apoio ao desporto nessa IPSS para garantir que a utilização desse equipamento seja feita na observância do regulamento municipal de utilização de equipamentos descobertos, mas de alguma forma apressando um investimento para o público, que já está a meio, e compensar algum eventual atraso no outro investimento que é prioritário em termos municipais. Nada obsta a que nessa zona do Concelho fique um pavilhão com outro tipo de resposta, o pavilhão desportivo de Alfarelos/Granja do Ulmeiro, e outro, porque foi cofinanciado, para dar a mesma resposta que dá um pavilhão municipal.

É este o tipo de estratégia que irá ser seguida, subscrevendo eu inteiramente a preocupação que foi expensa e ainda por cima agravada com o facto de, tanto quanto me foi explicado, daqui a um ano, a Associação de Futebol de Coimbra poder, em termos de provas oficiais, não autorizar a disputa das mesmas em equipamentos ao ar livre.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “sobre a análise dos documentos gostaria de fazer alguns comentários e apresentar a análise da CDU sobre os mesmos, começando pelas Grandes Opções do Plano. É lógico que nós temos que comentar as opções do Executivo comparando-as com as que a CDU tentou apresentar e tivemos uma campanha eleitoral muito recentemente. Vimos, e penso que isto é claro para todos nós, os meus valores são iguais aos vossos, que a rubrica Saneamento e Salubridade aparece como a segunda maior área de investimento, sendo só superior a rubrica Comunicações e Transportes.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Aquilo que nós defendemos, penso que é claro para todos e dissemos isto em campanha eleitoral, é que o Concelho tinha que investir, concluir o mais depressa possível o investimento em Saneamento Básico como garante da qualidade de vida das populações deste Concelho. Por outro lado, olhando e pensando no desenvolvimento do Concelho e não na forma de se atrofiar e de se isolar, o desenvolvimento do mesmo passa pela melhoria das comunicações e pelo desenvolvimento económico. Sendo estes eixos, para nós estratégicos, nós vimos com bons olhos o investimento que é feito em Saneamento e Salubridade e Comunicações e Transportes.

Sobre o Desenvolvimento Económico já deu algumas explicações mas ficámos com algumas apreensões. O Desenvolvimento Económico é potenciador de desenvolvimento por vários eixos. Por um lado, capta investimento para o Concelho, cria postos de trabalho e é por aqui que passa uma das formas de desenvolvimento do Concelho de Soure, não podendo esquecer o Turismo.

Vimos também com agrado o investimento e a posição merecidos na Educação, penso que não estou enganada, em 2005 tinha 4,82% do valor de investimento, neste momento tem 6,27%. Sobre o investimento falado sobre a Construção do Centro Escolar das Freguesias de Degraças e de Pombalinho, é muito interessante pensarmos em investimentos deste género. Quando era Deputada da Assembleia Municipal recordo-me de ter questionado muitas vezes o Senhor Presidente de Câmara sobre o encerramento das Escolas; é lógico que não podemos aceitar que uma Escola com poucos alunos e que tem, não só a componente de transmissão de conhecimentos, mas também a componente de convívio das aprendizagens entre os alunos, funcionem. É uma forma alternativa e, quanto a mim, muito mais positiva se, juntando Freguesias, conseguirmos efectivamente instalar/construir equipamentos que tenham zona para prática de desporto, zona dedicada à prática lectiva, refeitórios...vejo com bons olhos este investimento no Centro Escolar da Freguesia das Degraças e de Pombalinho, com a vantagem de que as nossas crianças não são “tiradas” do seu próprio meio.

Carta Educativa, não tenho informação sobre ela mas gostava de saber se está para breve porque penso que nos dirá muita coisa sobre se a aposta passa ou não sobre este tipo de investimentos e que apostas é que nos trará.

Sobre um outro ponto que eu gostaria de falar, provavelmente corro o risco de ter uma intervenção mais anárquica, mas está de acordo com os apontamentos que aqui tenho, Desporto e Tempos Livres. É verdade e nós temos a informação que a partir de 2006 estes equipamentos desportivos terão que começar a ser cobertos. O Concelho de Soure tem um equipamento que pertence, não sei se o Senhor

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Presidente se estaria a referir a esse, ao Centro Social de Figueiró do Campo, é um equipamento que tem todo o investimento feito de raiz, não têm capacidade económica neste momento para o cobrir; um investimento aprovado pela Câmara Municipal e pelo Instituto Nacional do Desporto, que não visa só as necessidades locais mas tem capacidades regionais para as iniciativas que se entenderem dinamizar. A pergunta que eu faço e a proposta que eu deixo é se, na situação em que estamos de aperto financeiro e não esquecendo de modo nenhum o equipamento desportivo para Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro, uma vez que em visita que os eleitos da C.D.U. fizeram há bem pouco tempo ao Centro Social de Figueiró, aquilo que nos disseram é que com cerca de 25.000 contos seria o necessário para cobrir este equipamento e para lhe dar utilização, depois a Autarquia faria um protocolo para utilização deste mesmo equipamento, mas uma vez que parte do investimento já está feita, de modo nenhum pode ser posto em causa, nós entendíamos que, não esquecendo o outro, se não devíamos encarar o apoio ao término deste pavilhão.

Sobre a Iluminação Pública pergunto se não é de encarar que estes novos equipamentos de iluminação, à semelhança do que se faz já noutros Concelhos, não deveria ser utilizando energia solar porque hoje verificamos que em países vizinhos, e já nalguns concelhos ou cidades deste país, a energia solar hoje, mais do que nunca, tem que ser uma aposta dada ao preço a que estão as outras formas de energia que nós utilizamos. Não tenho nenhum estudo de mercado, poderá ser mais caro o equipamento, mas de certeza que fica muito mais barato a sua utilização através da energia solar.

Gostaria de colocar uma outra questão numa outra área que para nós é prioritária e resulta de uma visita que os eleitos da CDU fizeram, há bem pouco tempo, a três sectores desta Câmara Municipal: sector de Higiene e Segurança no Trabalho, onde visitámos as antigas instalações do antigo matadouro; as instalações utilizadas pelos trabalhadores à hora de almoço e o jardim; as oficinas da Câmara por detrás do cemitério. Com o que vimos, de modo nenhum podemos ter uma visão agradável pensamos que é urgente um investimento nestas áreas, como qualquer empresa, e poderemos comparar a Câmara Municipal a uma qualquer empresa pública, pode exigir dos seus trabalhadores se lhe der condições para que eles exerçam as suas actividades e nós pensamos que um investimento digno no refeitório em vestiários, em casas de banho e falando também em equipamentos de protecção individual que devem utilizar com carácter de obrigatoriedade no desempenho das suas funções, é um investimento que deve ser considerado prioritário.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

São estes para já os comentários que a CDU faz ao Orçamento e, por outro lado, deixei aqui bem claro os investimentos que nós consideramos prioritários para o ano de 2006, não é que não consideremos os outros importantes, estes para nós são estratégicos.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “constata-se que o investimento previsto para Saneamento e Salubridade apenas é superado pelo nas Comunicações e Transportes. Nesse aspecto, o que vai acontecer é que pelo menos até fecho de rede a tendência é para que o investimento em Saneamento seja superior ao investimento em Rede Viária a não ser que, por exemplo, a Beneficiação do Troço Soure/Vinha da Rainha em vez de ser um investimento da Administração Central possa vir a passar pelo investimento directo municipal ainda que cofinanciado e aí pode haver uma obra cuja expressão por si só possa adular este tipo de correlação.

Desenvolvimento Económico, apreensões..., não há fórmulas milagrosas, santos milagreiros, modelo que garanta, só por si, a vinda de novas empresas, que crie emprego para toda a gente..., nem em Soure, nem no País, nem em parte nenhuma do mundo; pelo contrário, o que tem havido é uma evolução crescente do desemprego e claramente uma evolução crescente na maior dificuldade em termos de ambiência potenciadora da criação de postos de trabalho.

A questão de captação de investimento tem que ver não apenas com investimento directo em zonas de actividade económica mas com o investimento infra-estrutural nas diferentes infra-estruturas, nas acessibilidades e nas ligações aos principais eixos que passam próximos de nós. O caminho é por aqui, qualquer investidor com racionalidade económica e social investe com base em condições objectivas e o caminho a trilhar não é fazer apostas que ignorem o estado de direito e que para poderem ser apostas a médio prazo, significaria que estávamos a falar de meia dúzia de anos. Temos que apostar nas soluções que não sendo imediatas são mediatas ou isto não é um estado de direito ou então estamos a mentir quando falamos nisso.

Este, do nosso ponto de vista, é o caminho possível com a ressalva da estratégia definida para a Zona de Actividade Económica da Venda Nova, onde esperamos que o investidor, que na altura mostrou reunir capacidade económica ou financeira e motivação, mantenha a reunião desses requisitos e cumpra com o que foi protocolarmente acordado com a Câmara Municipal. Agora também temos apreensões, estamos é de consciência tranquila porque não vimos outro caminho mais eficaz.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Em termos de Educação estou convencido que poderemos apresentar a Carta Educativa pronta, são as indicações que tenho da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, o mais tardar até final de Fevereiro.

Relativamente à questão do Desporto estava-me a referir ao Centro Social de Figueiró do Campo porque é o único que tem esse tipo de investimento já adiantado mas, atenção, o apoio a esse investimento não exclui em nada um outro pavilhão desportivo municipal que é um compromisso político. O que uma instituição desta natureza precisa é que lhe seja garantida a aprovação, mesmo que depois se acorde um plano de pagamentos. Recordo aqui que já em tempo, numa visita ao Centro Social de Figueiró do Campo, quando foi aprovado o projecto global que tinha a parte social com valências dirigidas às crianças, já na altura a Câmara Municipal, de viva voz, assumiu o compromisso político de, se estivessem garantidos os demais cofinanciamentos, aprovar 20.000 a 25.000 contos.

Que fique claro que, de maneira alguma, o apoio ao investimento, de forma descentralizada, possa ser visto como um elemento retardador... pelo contrário, aquela zona justifica claramente que possam existir duas respostas cumulativas até porque é uma zona reveladora de um significativo crescimento em termos demográficos.

Relativamente à questão da iluminação pública, está-se a referir à baixa tensão... posso dizer-vos que em termos do Concelho de Soure a iluminação pública custa cerca de 60.000,00 euros, tendo uma renda de 105.000,00 euros, ambas por trimestre. Agora, na baixa tensão que é o consumo de energia dos nossos equipamentos, pavilhões... importará, nos projectos que vierem a ser desenvolvidos, avaliar bem até que ponto o recurso à energia solar deva ser perspectivado num investimento, levando a um menor consumo e a uma redução da despesa municipal.

Recursos Humanos... nós tivemos um período, e refiro-me aos mandatos anteriores, em que investimos de forma significativa nos Recursos Humanos; depois admito que tenha havido um período de abrandamento porque os recursos eram escassos, mas penso que as apostas que referiu são apostas para serem apresentadas em termos de projecto e aberturas de concurso já no primeiro semestre do próximo ano, penso até que é, independentemente de outras considerações, um imperativo de consciência podermos apresentar isso até final do primeiro semestre, nomeadamente, nos espaços sociais que foram por si adiantados.”

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: “quando falei no investimento ou apoio ao Centro Social de Figueiró do Campo e ao equipamento desportivo não coloquei de modo nenhum em causa, a concretização do outro pavilhão que está aqui previsto, penso é que será mais fácil realizar esse, a curto prazo, do que o outro.”

Interveio o Senhor Vereador Fernando Martinho dizendo: “relativamente à Educação a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos disse que havia um aumento do investimento e de facto existe, sobretudo nos transportes escolares como se pode observar, o que eu acho que é pertinente, tendo em consideração que vão acontecer alterações legais que exigem o apetrechamento dos transportes escolares às novas condições de segurança das crianças, é a Câmara Municipal estar atenta a essa nova necessidade.

Quanto à Cultura queria só colocar uma questão, quando há pouco falei do planeamento estratégico era numa perspectiva que devemos dar continuidade e perspectivar no futuro algumas das acções que para este Concelho são fundamentais e quando “pego”, por exemplo, no âmbito da Cultura, reconhecendo que existem aqui algumas lacunas, do meu ponto de vista, que deviam ser introduzidas, reparo que a Musealização do Sítio Arqueológico do Espaço Contíguo ao Largo do Castelo já estava prevista em 2005 e continua aqui com uma inovação que é a Monografia do Sítio Arqueológico. A minha questão é porque é que não está consignado a Musealização da Anta do Pombalinho sendo que foi um investimento já feito pela Câmara Municipal que não teve continuidade e, portanto, poder-se-á pensar que foi um investimento perdido. Na nossa perspectiva essa é uma questão que também merecia a nossa atenção, sobretudo porque como nós tivemos a oportunidade de observar e participar na última reunião de Câmara, assinámos um Protocolo com as Terras de Sicó no sentido de definir percursos pedestres, julgamos que este tipo de valorizações só podem contribuir para que esse Protocolo e essa zona serrana sejam valorizadas. Penso que é importante que aqui esteja a Musealização mas que obtenha continuidade e que a sua persecução seja, de facto, feita.

Há uma lacuna, na nossa perspectiva, que estas Grandes Opções do Plano têm que é relativamente à Habitação, seja ela habitação social ou não, sendo que não existe nada que nos diga que se faça prever que no futuro, e que queremos nós no futuro próximo, que esta área possa ser atendida pela Câmara Municipal numa política mais abrangente que enquadra estes problemas numa política de habitação que seja global a todo o Concelho.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Relativamente ao Planeamento Urbanístico e à revisão do PDM, muito temos falado sobre isto, continuámos e em 2005 isto já estava consignado. Este ano houve um aumento de cerca de 35.000,00/40.000,00 euros na dotação orçamental para esta rubrica, penso eu que tem a ver com a elevação do Plano de Pormenor da área da Quinta das Nogueiras, se estiver errado pode me corrigir, mas penso que é urgente que apostemos nesta área porque isto é, de facto, uma área que perspectiva planifica o futuro, e esta área não pode estar desinserida da Carta Educativa e do Plano de Desenvolvimento Social que aprovámos. Esta dotação orçamental que está prevista para rubrica não é, na minha perspectiva, suficiente para que se possa atingir esse objectivo.

Quanto à questão que a Senhora Vereadora levantou relativamente aos funcionários, evidentemente que essa questão também nos preocupa, o bem-estar e segurança no trabalho são fundamentais para que os serviços prestados pela Autarquia e pelo Município atendam às necessidades dos Municípios. Todavia, e depois o Senhor Presidente poder-me-á esclarecer, não está reflectido no Orçamento verbas que indiquem que isso possa acontecer a curto prazo. Relativamente às oficinas e armazéns temos uma dotação de 10.000,00 euros e 1.000,00 euros, na minha preceptiva não é suficiente para que isso aconteça.

O Senhor Presidente disse há pouco que algumas das premissas que estavam subjacentes à apresentação desta proposta, uma delas era a consciência social e a sustentabilidade económica dos investimentos, a minha dúvida é quando é que vamos começar a ter sustentabilidade económica dos equipamentos, sendo que, por exemplo, em Orçamento verificámos que há uma diminuição das receitas das cobranças da água e depois há um aumento dos custos nessa mesma exploração.

Para terminar, relativamente aos Cemitérios verificamos que há também uma dotação orçamental, sobretudo para os cemitérios das paróquias. Queria saber quais são as prioridades que estão definidas e quais os cemitérios a ser intervencionados.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “Cultura, Musealização como já estava antes..., com uma diferença é que antes estava numa base estimativa e agora, quer a Musealização, quer a Monografia, depois de aprovadas as consultas ao mercado, foram adjudicadas e agora são valores que resultam de contratualizações adjudicadas. O que está aqui agora é a materialização de um processo que já está na fase que não é propriamente ser uma previsão/previsão, enquanto o ano passado era uma mera previsão de algo que ainda nem tínhamos aberto concurso nem tínhamos nada.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Depois há outra questão que diz respeito a eventual dualidade de perspectiva de intervenção quanto à Anta de Pombalinho. Quer queiramos quer não, na zona adjacente ao Castelo fomos confrontados com a inevitabilidade de uma aposta cultural porque tínhamos feito, em devido tempo, uma aposta desportiva, apareceram elementos, tivemos que parar o processo em conjunto com o IPAR e quando tudo estava resolvido e poderíamos manter a aposta desportiva, a meu ver entendemos bem, já que se fez este esforço, vamos ter a humildade e o sentido de responsabilidade de mudar a agulha em termos estratégicos no investimento desportivo e vamos complementar todo o trabalho desenvolvido em função do que se encontrou.

Já na Anta de Pombalinho, nós aparecemos sempre como um agente de colaboração com iniciativas académicas que nós apoiámos mas em que verdadeiramente os autores de todos os trabalhos não foram consequentes em termos de nos apresentar uma proposta concreta de intervenção como sequência lógica dos levantamentos que foram sucessivamente fazendo. De qualquer maneira é diferente estarmos como agente principal de uma aposta ou como parceiro de uma aposta que está a ser desenvolvida, mas é um assunto que compreendo que possa a qualquer momento ser chamado à coacção e avaliarmos até no âmbito desta questão de várias rubricas de Terras de Sicó e do próximo Quadro Comunitário de Apoio, porque porventura deva ser um elemento complementar com Conimbriga, Rabaçal e penso que é um elemento que deve ser integrado nesse tipo de roteiro e poderemos e devemos aproveitar um qualquer investimento conjunto que se possa vir a perspectivar.

Depois a questão de lacuna na Habitação..., há duas questões distintas, uma questão é a eventualidade de nós considerarmos que deveríamos interferir no mercado habitacional do Concelho através da habitação a custos controlados via CDU - Contrato de Desenvolvimento Urbano -, essa é uma questão, temos seríssimas dúvidas se olharmos aos preços praticados no Concelho e se olharmos àquilo que nos parece ser neste momento o mercado existente, se há lugar para o mercado social. De qualquer maneira existe uma verba simbólica mas não nos cabe a nós definir políticas que não são da nossa competência, temos que deixar em aberto a possibilidade de que não é por falta de vontade nossa que as questões deixarão de avançar se for esse o caminho. Também em Acção Social existe uma verba para rendas e alugueres e está o Programa Municipal de Realojamento, porquê? Voltando agora, não ao eventual mercado social de habitação mas à questão do famigerado bairro pré-fabricado, que nas trinta habitações que lá existem, há uma rede complexa de direitos e deveres jurídicos, há muita situação diferente, mas há

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

casos que poderão vir a ser o início do “desfiar do novelo” em que nós poderemos, mediante acordo com duas ou três famílias que continuam a pagar renda e têm direitos e estão disponíveis para poder, mediante uma avaliação regular e sistemática da sua caracterização socio-económica, deixar a casa ir abaixo e como consequência dessa avaliação, poderem estar numa casa arrendada parcial/total ou nada sustentada pela Câmara...

O processo do bairro pré-fabricado, quem conhece as conclusões do levantamento sociológico feito pelo Gabinete de Acção Social e a complexidade jurídica adjacente a todo esse processo, sabe que não é possível que se tome uma medida de força, que de repente acabe com aquilo e sabe que o caminho não pode ser inventar um qualquer outro bairro que funcionaria como “gueto social” mesmo contra a vontade de alguns. Nós deixamos as rubricas indicadoras do caminho e da estratégia que pode ser trilhada com valores que têm que ser valores pouco mais que simbólicos, é a evolução ou a falta dela que determinará a possibilidade deles serem ou não reforçados, mas estão lá as pistas, quer em Acção Social, quer em Habitação.

Revisão do PDM..., em bom rigor na actual legislação só faz sentido a partir de Junho do ano passado, porque rever um PDM que não tivesse dez anos era, em termos de estratégia, uma “tolice” porque era considerado e sujeito a uma complexidade tal que em vez de ter permitido um ganho de tempo, teria levado a Câmara Municipal a entrar num processo muito mais turbulento, difícil e mais demorado ainda.

Neste momento, as indicações que tenho é de que os valores inscritos em Plano permitirão por um lado, utilizar os conhecimentos técnicos da prata da casa e por outro lado, recorrer a um qualquer “especialista” em matéria de PDM que terá que cruzar a sua especialidade com a realidade local e, naturalmente, definir, construir, desenvolver, os elementos basilares que terão que ser sujeitos à discussão pública para podermos apresentar uma proposta consistente, porque a Câmara Municipal aprova a proposta, não aprova a Revisão. Deveremos aprovar uma proposta consistente que não deverá resultar de pressões deste e daquele... senão, porque inconsistente, andaria para trás e não teríamos revisão nenhuma... portanto, é num período claramente pós eleitoral, onde a resistência às pressões é maior, que se deve preparar a revisão de um elemento disciplinador de ocupação de espaço, que se não for insensível a pressões pode condicionar por completo a sua aprovação em sede própria.

Recursos Humanos, verbas insuficientes..., é preciso ver os projectos que estão a ser desenvolvidos pelos técnicos da Câmara e algumas obras em curso por

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

administração directa. De qualquer maneira, como sabe, há um mecanismo do reforço via alterações orçamentais e nós pensamos que vamos avaliar se eles são suficientes ou insuficientes, quando ainda no primeiro semestre aprovarmos aqui um projecto e percebermos claramente que parte é para abrir concurso na sequência da aprovação ou que parte é passível de ser realizada por administração directa.

Sistema de Abastecimento Público de Água... não dispondo de um estudo técnico recente, devo dizer que a meio do mandato recentemente terminado, em matéria de Água era já visível que aquilo que era a receita proveniente, quer da quota de serviço, quer da venda de água propriamente, já cobria os custos directos em termos de apoio ao abastecimento público de água, não cobrindo ainda as amortizações dos equipamentos nem os custos indirectos; está em curso como que uma aproximação para a auto-suficiência do serviço.

Onde não existe ainda auto-suficiência do serviço é na questão do lixo, se compararmos o que gastamos com pessoal e com a ERSUC, com as receitas. Já nos Esgotos, no Orçamento que iremos aprovar para o ano seguinte, apenas é tida em conta a média aritmética dos actuais utentes da Rede, sendo que com a entrada em funcionamento de oito Etar's, o número de famílias que irão passar a pagar esgotos no próximo ano será praticamente o dobro do que paga até aqui.

Não há diminuição na venda de água, mas se compararmos a Conta de Gerência de 2005 com a de 2004, verificaremos que houve uma pequena evolução da receita.

Os Cemitérios são o da Granja do Ulmeiro e o de Queitide, relativamente aos quais, ainda agora aprovámos as prorrogações gratuitas de prazo.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “nós temos uma filosofia diferente de fazer o orçamento e a pergunta que lhe ponho é muito directa, este orçamento teve “escutação” das Juntas de Freguesia? As Juntas de Freguesia participaram das sugestões para este orçamento ou, por contrário, é um orçamento de “gabinete”?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “o exercício previsional em termos quantitativos na parte orçamental é exclusivamente técnico. Já a questão da definição das acções a integrar no Plano Plurianual de Investimentos que suporta o Orçamento, teve também em atenção os doze ofícios enviados pelos Presidentes de Junta de Freguesia, depois de uma reunião de trabalho comigo, em que cada um deles apresentou as suas sugestões. Não lhe vou dizer que esta proposta de Plano integra todas as sugestões até porque algumas, por exemplo estou-me a recordar

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

que em Pombalinho eram sugeridas algumas reabilitações de Escolas, compreendo a bondade da sugestão, mas a estratégia de haver um Centro Escolar não é compatível com a reabilitação de Escolas de três/quatro alunos. Numa percentagem não inferior a 90%, esta proposta de Plano tem em linha de conta as sugestões por escrito apresentadas pelos Presidentes de Junta de Freguesia.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “antes de fazer uma intervenção que, da parte da nossa bancada, será uma última que enunciará o nosso sentido de voto, queria, porque referiu expressamente agora a Freguesia de Pombalinho, tentar questioná-lo porque é que não há uma intervenção mais activa do executivo, nomeadamente no domínio do cemitério de Pombalinho que, segundo todas as pessoas contactadas por nós, referem estar numa situação que pode provocar um desabamento do muro a curto prazo.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “na verba de cemitérios é um valor que praticamente diz respeito a obras já adjudicadas que são as da Granja do Ulmeiro e de Queitide. Foi anunciado publicamente o seguinte: quem conhece Pombalinho, sede de Freguesia, sabe que tem a Igreja, um Centro Paroquial e o tal muro que funciona como varandim, onde em tempos se projectou a ampliação do cemitério e que foi desenvolvido, pela então Junta de Freguesia, com voluntarismo mas sem aconselhamento técnico, que ruiu. Havia a questão de construir um novo muro, mas aquilo que foi entendido é que com a requalificação urbana que foi feita, quer à frente da igreja, quer atrás da igreja e a reabilitação desenvolvida pela população local, através da Comissão da Igreja no Centro Paroquial, a opção é esta: o terreno paralelo ao cemitério é público e depois há uma faixa que foi negociada pelo antigo Presidente de Junta, tudo isto vai ser nivelado, está a ser estudado tecnicamente, para ficar ao mesmo nível do cemitério para o alargar e ampliar. Compreendemos na altura, até com grande consenso que, de certa forma, a queda do muro terá sido um mal que veio por bem porque, para uma Igreja que está requalificada em toda a volta e tem um Centro Paroquial com aquela paisagem, não faria muito sentido ficar ali um cemitério debaixo da varanda quando a possibilidade está ao lado. A Câmara Municipal, por administração directa, irá intervir no nivelamento e na duplicação da área, agora o que não pôs ainda aqui, porque isso será através de intervenções directas, é a eventual abertura de concurso para muros que venham a integrar o investimento.”

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “este Plano e Orçamento não é necessariamente o nosso, é o de vossa excelência e reverte aquilo que é o seu “pensamento estratégico” em relação ao desenvolvimento do Concelho. Digo-lhe que não é necessariamente o nosso porque, obviamente, há aqui questões que, particularmente, nos dizem respeito enquanto cidadãos, políticos, protagonistas de uma força política que concorreu recentemente a uma eleição autárquica e que, obviamente, mereceriam da nossa parte outro tratamento.

A nossa política de oposição é uma política séria como tem sido evidente desde o primeiro minuto que nos sentámos aqui, mais uma vez é assim que vamos estar no debate deste Plano e Orçamento, nós não estamos aqui com o intuito de sabermos se daqui a quatro anos estamos mais acompanhados ou menos, essa é uma situação que não nos preocupa, neste momento. O que nos preocupa é sermos úteis ao Concelho, dando, se possível, o melhor que nós temos que é o nosso empenhamento pessoal e político.

No meu modesto ponto de vista, e o Senhor Presidente fala na consciência social deste Plano e Orçamento, chamaria a este Plano um Plano com grande consciência cultural, já que o documento que nos apresenta retrata o nosso Concelho e os seus investimentos futuros de uma forma culturalmente avançada, permita-me a ironia.

A conta da Cultura Desporto e Tempos Livres é, permita-me que lhe lembre esta situação, superior à soma das contas da Educação, Acção Social, Saúde, Protecção Civil e Defesa do Meio Ambiente. Nós temos uma situação que, no meu ponto de vista, retrata um desequilíbrio naquilo que, no meu entendimento, é o perfil do que deve ser o investimento social, político e económico no Concelho de Soure.

Permita-me ainda lembrar-lhe que, somente as Comunicações e Transportes são o dobro da Cultura, Desporto e Tempos Livres, dizendo de outra forma, o investimento na Cultura, Desporto e Tempos Livres é metade daquilo que irá acontecer nas Comunicações e Transportes, como é bom de ver, será certamente uma prioridade mais objectiva para o nosso Concelho.

Permita-me que lhe diga também o seguinte: digo isso olhos nos olhos e com a franqueza que me é habitual, que me reconhece e que reconheço também na franqueza com que temos falado e tratado politicamente desde que nos conhecemos. Acho que não fica bem, a vossa excelência, pertencer aos órgãos sociais das colectividades do meu Concelho. Coloca os sócios, os associados dessas colectividades numa situação que, permita-me que lhe diga, é um pouco difícil de averiguar, isto é, quando se lhe dirigem numa Assembleia Geral ou da Colectividade, dirigem-se enquanto Presidente da Assembleia Geral ou enquanto Presidente de Câmara? Essa situação, no meu modesto ponto de vista, devia ser

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

clarificada e acho que, em nome da verdade e da transparência, certamente que isso é uma preocupação que me assiste.

Senhor Presidente, entendo que este Plano e Orçamento revela não só uma consciência cultural mas uma preocupação culturalmente consciente que é a de não integrar órgãos sociais das colectividades do Concelho de Soure e é o repto que lhe lanço.

Segundo aspecto, diz que este Plano e Orçamento aponta dois ou três sinais que são importantes para aquilo que é o espectro, o figurino, o futuro do Concelho de Soure, fala nomeadamente no esforço tendente à conclusão da Rede de Saneamento e também no Desenvolvimento Económico, entendo que, nem um nem outro, estão devidamente transcritos no Plano e no Orçamento.

No que diz respeito à conclusão da Rede de Saneamento, colocava-lhe uma questão muito directa, será que na próxima geração de Sourenses vamos ter o Concelho coberto de Rede de Saneamento, será que precisamos ainda de uma geração de Sourenses para termos a “malha composta” no Concelho de Soure?

Quanto ao Desenvolvimento Económico que quer dar ao Concelho de Soure é compatível com os 100,00 euros que revela na aquisição de terrenos em três das Zonas Industriais do nosso Concelho? Sei que me vai dizer que isso é um sinal para o futuro, é uma maneira de manter a rubrica aberta, expressão habitual quando se tratam de pormenores deste domínio, mas que não é bom para potenciais investidores do Concelho de Soure saberem que a dedicação que atribui ao desenvolvimento económico do Concelho se circunscreve a 100,00 euros, nomeadamente em três Zonas Industriais, ou seja, em três quartos das Zonas Industriais de Soure aplica 300,00 euros. Há determinadas matérias que são importantes serem relevadas em planos desta natureza, como o Plano e Orçamento, não são só vistos pela classe política, são vistos por agentes económicos, sociais, culturais e é importante que os agentes económicos saibam que o investimento no Concelho de Soure é um investimento acarinhado e de boas vindas.

Termalismo, eu sei que não tem que necessariamente constar do Plano e do Orçamento, mas nada aqui nos diz que há alguma alteração em relação à decadência dessa área no nosso Concelho.

Entendo também que um Presidente de Câmara que tudo faz para que se fixem indústrias, não é uma política de milagreiro, ou acha que só vêm empresas para o Concelho de Soure por milagre? Entendo que não é isso e entendo que lhe compete a si tudo fazer para que empresas possam investir no Concelho de Soure,

*23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

aqui possam criar raízes, os jovens possam aqui ficar, possa haver emprego, possa haver fixação de quadros...

Este não é um Plano e Orçamento com duplo equilíbrio como referiu, não entendo que vossa excelência seja um equilibrista, não é, sei que não é, mas também não revela equilíbrio na maneira como faz este Plano e Orçamento; quer nivelar o Concelho, mas permita-me que lhe diga que deve nivelá-lo sempre por cima, que é dar-lhe sinais para o futuro, que foi a expressão que utilizou, de que o Concelho de Soure é, exactamente, um Concelho de futuro.

Sei que o desenvolvimento económico que referi também é uma preocupação sua, o Senhor Presidente vive aqui, a sua família está cá, certamente é uma preocupação que tem e eu reconheço que tem, tenho é que lhe chamar a atenção que deveria dar uma cota parte quotidiana do seu trabalho mais intensamente a esta área.

O desenvolvimento económico é importante, mas não é o desenvolvimento económico que, por exemplo, a CDU também retracta, porque a CDU fala desenvolvimento económico e quando há sinais da nossa parte, da nossa bancada, de que esse desenvolvimento económico deve passar pela diminuição da derrama, a CDU não colabora nessa nossa estratégia, o que muito nos faz admirar. A estratégia é a da CDU e de vossa excelência já que a proposta dos 8% foi sua quando Concelhos aqui há volta têm 0%.

Por isso, Senhor Presidente, o nosso sentido de voto não é um sentido de voto de grande apoio a este seu Plano e Orçamento, é um sentido de voto que iremos ou comunicaremos quando vossa excelência nos chamar a votar, mas queremos dizer-lhe que estas nossas expressões procuram ser expressões de ampla colaboração no desenvolvimento do Concelho de Soure, conte sempre connosco e com a nossa bancada para que esse desenvolvimento aconteça, o que é não pode nunca negar e, certamente não é essa a sua intenção, que da nossa parte terá sempre um sentimento crítico em relação às políticas que adoptar.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, ouvi como ouço todos com atenção e antes de lhe responder, caso a caso, às referências que fez, gostaria de estabelecer uma diferença enorme entre nós, que faz com que toda a gente perceba porque é que esta proposta de Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, sendo minha e não apenas minha, não seja a sua. Antes de mais dizer-lhe que não é a sua, mas vem na sequência lógica de muitas propostas que vossa excelência aprovou. Mas, acima de tudo, porque há uma diferença fundamental entre nós, é que o Senhor Vereador tem uma preocupação a que não resiste, é a preocupação não com o desenvolvimento do Concelho, mas

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

uma preocupação com os sinais para os jornais. Percebo que para si seja importante que não se discuta a proposta por manifesta incapacidade para apresentar uma sugestão alternativa que fosse em concreto.

Se o Presidente da Câmara é ou não é Presidente de algumas Mesas de Assembleia Geral, tenho que lhe dizer que é um atrevimento da sua parte querer substituir-se aos Associados dessas Assembleias... o Senhor Vereador o que terá a fazer é ir às Assembleias Gerais das Colectividades, se é que é sócio, e dizer o que pensa, porque é lá o fórum próprio para dar essa opinião. Enquanto Vereador é uma atitude atrevida, apenas e só, à procura da notícia no jornal reveladora da sua incapacidade para discutir o desenvolvimento do Concelho.

Quero-lhe dizer que é uma posição demagógica, até porque a presença numa Assembleia Geral na Mesa ou fora da Mesa é indiferente em termos de possibilidade de intervir; mais, a prática evidencia que quando se integra a Mesa existe normalmente um maior constrangimento... em circunstância alguma, tenho que lhe dizer, deixarei de o ser por sua sugestão... deixarei de o ser quando entender que há outras alternativas, mas que fique claro, onde quer que isso aconteça é porque se encontrou uma solução entendida, até pela minha indisponibilidade de tempo, como mais adequada e não como resultado deste seu douto entendimento, de que um Presidente de Câmara, pelo facto de o ser, não pode ser Presidente da Assembleia Geral de uma Colectividade do seu Concelho.

Senhor Vereador, se fossemos aplicar o seu douto entendimento aos Autarcas deste país, na sua douta opinião, teríamos poucos Presidentes. O que o Senhor Vereador não diria aqui em fórum ou em sede imprópria, se eu fosse treinador de futebol ou se fosse comandante de Bombeiros, pela lógica daquilo que é o seu entendimento nestas matérias...

O Senhor Vereador diz que este é um plano com grande consciência cultural mas depois faz logo uma confusão tal que se percebe que nem o estudou, trata a Cultura contabilisticamente como o somatório de Cultura Desporto e Tempos Livres e depois faz umas correlações sem nexos. O investimento previsto na Cultura são 400.000,00 euros e se pegar neste valor e perceber de onde é que eles vêm ou onde é que se prevêem que eles venham a ser aplicados, se lhe tirar 100.000 euros para Musealização, que o Senhor Vereador parece não discutir e com ela concordar e até defender outras, fica com 300.000,00 euros; se lhe tirar um conjunto de iniciativas ao funcionamento da Biblioteca e do Museu, fica com 200.000,00 euros; devo dizer-lhe até que acho notável, de tal maneira, ao que parece, estava preocupado e obcecado em produzir uma notícia para o jornal dando nota que isto era um plano de grande consciência cultural... estava tão obcecado com isso que nem percebeu

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

que eram 400.000,00 euros e, estou certo, até se terá esquecido que já foi Delegado Regional de uma Secretaria de Estado da Cultura.

Em matéria de Saneamento Básico só na próxima geração..., Senhor Vereador não lhe fica bem quando nos últimos quatro anos passámos de três para catorze Etar's e quando nos quatro anos anteriores fechámos o sistema de Abastecimento Público de Água... deveria ter conhecimento disso tudo, eu teria que lhe dizer que não sabe o que é uma geração ou então para si geração é de quatro em quatro anos ou de oito em oito anos, mas para quem comete o erro de medição que decorre de uma mera leitura do que é o investimento previsto na Cultura, já não me espanta que não saiba quantos anos são ou devem normalmente significar falar de uma geração... enfim são mais equívocos.

Desenvolvimento Económico, 100,00 euros na aquisição de terrenos..., é uma manobra de demagogia, outros diriam que é uma manobra de magia... não, é uma manobra de demagogia pura porque na Zona de Actividade Económica da Vinha da Rainha está comprado e pago o terreno que custou 25.000 contos; nas outras, tudo aponta, para que não tenha que vir a ser a Câmara Municipal directamente a fazer esse investimento de acordo com a estratégia que está predefinida. Não é desta forma, dizendo que ele não é bom para potenciar investidores porque prevê valores simbólicos para aquisição de terrenos, que o Senhor Vereador pensa que dá um sinal de atracção ao investimento; quando falo de milagreiros, é porque ainda há pessoas que se auto convencem apenas porque terão, porventura, relações privilegiadas com agentes económicos que tudo é fácil. Defendo que haja racionalidade económica e social, que se crie emprego sustentado e não emprego que vem à procura de motivações fáceis e que invariavelmente tem uma deslocalização imediata. Nós não nos podemos limitar a dizer que temos que fixar jovens... temos que dar nota como é que isso, em concreto, pode e deve ser feito, porque repetir um chavão até à exaustão, pode funcionar no jornal, mas não melhora a realidade enquanto tal.

De maneira que estamos todos à espera que diga como é que iria atrair os investidores... nós julgamos saber como é e não nos preocupa que um ou outro, por razões politicamente reprováveis e socialmente inaceitáveis, se vá embora e que outros “naveguem” em cima disso para obterem um qualquer significado de menor bom acolhimento ou do que quer que seja.

A questão do milagreiro..., não é que um Presidente de Câmara tenha que ser um milagreiro, o Senhor Vereador entendeu. Como reza a história, um rei Luís, de França, terá dito “*devemos fazer o que deve ser feito*”... fazer o que deve ser feito não é fazer milagres, é fazermos com consciência do que estamos a fazer, pois não é só

*23.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

por milagre que uns ficam por aqui e outros vêm para aqui... seria era um milagre que algum dia um impreparado, como o Senhor Vereador, fosse Presidente de Câmara, isso é que seria um milagre.

Quanto à questão do duplo equilíbrio não faço comentários.

Quanto à questão de me recomendar mais trabalho quotidiano nesta área, tenho que lhe dizer que não lhe reconheço qualquer experiência de gestão para ter o atrevimento de me recomendar como é que devo ocupar o meu tempo naquilo que é o exercício de funções de gestão... até porque eu nunca lhe reconheci capacidade para gerir o que quer que fosse.

Questão da Derrama, dizer-lhe que é tempo de parar com a hipocrisia; durante oito anos sempre aprovou esta proposta e em momento algum, numa ambiência semelhante, lhe ouvi dizer que a Derrama era um elemento de grande utilidade na captação de investimento, porque não é. Para captar investimentos há outros instrumentos, argumentos mas nunca a Derrama.

Último comentário, o Senhor Vereador gosta muito da palavra zero... zero de fundos comunitários, zero disto, zero daquilo..., de cada vez que usa a palavra zero, normalmente está a mentir.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “impreparado é vossa excelência, não lhe admito isso, não sou como aqueles a quem vossa excelência está habituado a tratar mal, ponha-se no seu papel como eu me ponho no meu. Impreparado é vossa excelência e não me dê lições de moralidade, vossa excelência é o último nesta sala a dar lições de moralidade a quem for, o último.

Vossa excelência acaba de dizer que, naquilo que lhe assiste, porque eu não o interrompi, que não me reconhece capacidade de gestão, e a sua Senhor Presidente? Quer que lhe recorde? Quer que os Sourenses lhe recordem as suas capacidades de gestão ou também está a falar para os jornais? Senhor Presidente, lições de moralidade comigo, deixe-me usar a expressão que o utilizou, as suas valem zero, zero.

Enquanto Delegado Regional da Cultura desempenhei as funções o melhor que pude e soube e é enquanto Delegado Regional da Cultura que eu entendo que o trabalho que desenvolvi com todos os Concelhos me permitem avaliar também sobre aquilo que é aposta dos Concelhos ou não na Cultura, só que não estou a fazer isso nessa forma, estou a fazer isso enquanto Vereador. Eu sou Vereador Senhor Presidente! Eu sou Vereador e o Senhor Presidente, para que isto fique muito bem evidente e muito bem saliente entre nós, não me levanta a voz, fala comigo com respeito porque eu não lhe admitirei nenhuma dessas formas, zero para utilizar a expressão uma vez mais.

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

Por acaso fazer oposição para si é um atrevimento total? Fazer-se oposição no Concelho de Soure é algo indigno perante vossa excelência? Não pode existir oposição? Nós somos a oposição e seremos a oposição até ao fim, construtiva sim, mas oposição. Nunca nos vai calar, nunca me vai calar. Permita-me só que lhe diga, uma geração para mim não são quatro anos é mais e cá estamos para ver se daqui a quatro anos, no dizer de vossa excelência, são uma geração. Entendo que daqui a quatro anos me diga que quatro anos não é uma geração, geração é muito mais anos, é o tempo que vossa excelência vai demorar a colocar o nosso Concelho como um Concelho onde o saneamento básico é uma realidade, não vai demorar só quatro anos! O Concelho de Soure vai demorar muito mais anos a ter uma rede de saneamento básico que outros Concelhos já têm e nós não temos. Repito, não diga que as minhas intervenções são demagógicas, 100,00 euros são 100,00 euros, 1,00 euro é 1,00 euro, 100,00 euros é o que vejo ali escrito, não diga que 100,00 euros é demagógico, 100,00 euros é o que está escrito, se está escrito está escrito, nem o Luís XVI pode dizer o contrário. A Maria Antonieta disse algo diferente e morreu guilhotinada, cuidado Senhor Presidente, não o quero ver de saias, guilhotinado porque tenho por si o respeito que vossa excelência também, certamente, tem por mim.”

O Senhor Presidente referiu que: “quando utilizei a palavra imprevisto foi apenas e só em termos da minha apreciação no plano da capacidade de gestão e não vejo que outro significado para além deste possa ser atribuído. Em momento algum lhe pretendi dar qualquer lição de moral... nem a si, nem a ninguém e, sinceramente, não descortino, nas observações que fiz na intervenção anterior, em que momento possa ter entrado nessa área.

Depois quero-lhe dizer o seguinte: eu sei que o Senhor é Vereador... teve o resultado político que teve, tem total legitimidade para expender, dar as suas opiniões e contribuir positivamente para o desenvolvimento do Concelho. Acho que fazer oposição não é um atrevimento, fazer oposição é tão importante e tão responsável quanto governar. Compreenda que entre dizer-se que quer fazer uma oposição construtiva e o tipo de argumentos que usou, nem sempre com o melhor tom de voz... Quero-lhe dizer que há uma diferença entre dizer-se “*vamos fazer oposição construtiva*” e utilizar o tipo de argumentação que é legítima, que é a sua, mas que não tem nada de construtiva.

Usar expressões como “*nunca ninguém me vai calar*”, “*nunca ninguém nos vai calar*”..., eu ando na política há muito tempo para alguma vez ter tido a intenção de directa ou indirectamente tentar que alguém se cale, julgo que concordará comigo que é um

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

desabafo, é uma expressão, agora “nunca ninguém o vai calar”, não sei porque razão é que terá pensado que pudesse haver qualquer intenção de fazer com que calasse esta ou aquela voz.

Sobre a questão da geração não vou fazer comentários porque percebeu perfeitamente o que eu disse.

Recomendo-lhe a si e a todos, apenas isto: que pegue nos demais 16 Concelhos do Distrito de Coimbra e recolha elementos que lhe permitam fazer um estudo comparativo dos graus de cobertura em termos de Abastecimento Público de Água, Saneamento Básico e Iluminação Pública... julgo que depois poderá emitir opiniões com maior propriedade resultante do conhecimento do estudo subjacente que fez sobre esses assuntos.”

Interveio a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizendo: “depois dos últimos momentos que acabei de ouvir e assistir, traz-me à memória momentos de uma Assembleia Municipal onde fui tratada com um tom de voz menos apropriado, com expressões menos apropriadas, estão registadas em acta, e na altura o Senhor Vereador Carlos Páscoa era Presidente da Assembleia Municipal e nunca me lembro de ter feito qualquer intervenção tentando moderar as palavras de quem, na altura, na minha perspectiva, me insultava enquanto Deputada Municipal. Agora sentiu, interpretou dessa forma o mesmo que eu interpretei na altura, e na altura não tomou nenhuma atitude.

Por curiosidade analisei os dados, falou da Derrama, falou da CDU, podia não o ter feito mas falou. A CDU ao aprovar a Derrama fez sempre o que tinha feito, foi coerente este ano e voltou a aprovar a Derrama em 8% e fundamentou-o, portanto, não somos nós que mudámos de posição. Sobre o valor que deu do investimento na Cultura, Desporto e Tempos Livres, disse que esse valor era superior a um conjunto de investimentos e eu tenho aqui os valores apontados, disse que o valor da Cultura Desporto e Tempos Livres era superior ao valor do investimento na Acção, Educação, Saúde..., isso é verdade mas também não deixa de ser verdade que eu, por questão de exercício, “agarrei” no mapa de 2005, um documento que o Senhor Vereador o ano passado aprovou e que eu não aprovei, e verifico que também o documento de 2005 tinha uma verba de Cultura, Desporto e Tempos Livres superior do que a soma de todos os investimentos que o Senhor Vereador criticou agora para este Orçamento. Pergunto o que é que mudou?

Depois, e porque ouvi com muita atenção, gostava de fazer um último comentário a este Orçamento. Senhor Presidente, na qualidade de Vereadora da CDU encaro o exercício do meu desempenho com a legitimidade que tem como aquilo que penso

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

que os eleitores, que confiaram na CDU, pretenderam dizer: disseram que nós deveríamos ter uma participação positiva; deveríamos dizer-lhe, frontalmente, quando não concordamos com as propostas que faz mas também dizer-lhe porque é que não concordamos e as formas de ultrapassar essa situação; estamos disponíveis para apoiar, incentivar, aquilo que nós consideramos positivo para este Concelho. Encaramos e dizemos abertamente que este Orçamento logicamente que não é o nosso Orçamento tem, no entanto, investimentos que nós propusemos e considerámos estratégicos para o Concelho. Claro que gostaríamos que muitas destas contas que aqui estão tivessem valores superiores, pensamos, que há aqui um realismo, é que o Orçamento para 2006 é inferior ao de 2005, o que realmente mostra a noção do momento que estamos a atravessar de contenção. Penso que temos que ir mais longe porque temos mesmo que fazer contenção nas despesas totais que estão aqui previstas.

Portanto, gostaria de lhe dizer que, se eu tinha dúvidas na posição que a CDU podia tomar em relação a este documento e porque também disse aqui, em relação a alguns investimentos que falei, que para nós eram fundamentais, nomeadamente, a dignificação do desempenho dos trabalhadores desta casa, e o Senhor Presidente disse que em 2006 pretendia, e nós achamos que isso é um compromisso, resolver estas situações, por tudo isto, e logicamente aguardando que estes aspectos sejam cumpridos, a CDU não tem nenhum complexo de aprovar este Orçamento.

Se o Senhor Presidente precisar, ou o Executivo, de conversar com a CDU para encontrar soluções, se assim considerar que a nossa participação é positiva, receberá uma resposta afirmativa ou negativa, mas encontraremos sempre uma solução para lhe podermos apresentar quando a considerarmos negativa.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “permita-me responder à Senhora Vereadora da CDU com a educação que a mesma merece. A Senhora Vereadora pergunta o que é que mudou do ano passado? Mudou o mundo, alguns dos nossos posicionamentos mudaram mas isso é natural e sabe disso. A Senhora Vereadora perguntou e eu respondo desta forma tão simples, o mundo mudou, vossa excelência também mudou, o ano passado também não votou favoravelmente o Plano e Orçamento, mudou! É assim, o mundo mudou!”

O Senhor Presidente referiu que: “penso que esta proposta de Orçamento e de Plano Plurianual de Investimentos para 2006 é a proposta possível, em termos de saudável ambição e, acima de tudo, é também uma proposta que resulta do entendimento que temos de que o resultado das últimas eleições nos disse que tudo

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

deveríamos fazer para cumprir o nosso programa, mas que o deveríamos “conjuguar” com os programas de outros que também tiveram, legitimamente, expressão eleitoral; é assim uma proposta de compromisso, com a preocupação e a certeza de sempre: a de que se este exercício de previsão for acompanhado de trabalho, dedicação e sentido de responsabilidade, estaremos, daqui a um ano, convencidos que voltámos a dar mais um passo decisivo na melhoria do bem estar colectivo dos Municípios do Concelho de Soure porque, independentemente de tudo, é por isso que estamos aqui.

Assim, o que eu proponho é que se aprove as propostas de Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2006.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e C.D.U. e três (3) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S.D., aprovar as propostas apresentadas pelo Senhor Presidente. -----

Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente referiu que: “na última reunião de Câmara a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos, alertou que havia um problema com a transmissão dos canais nacionais televisivos, eventualmente, decorrente da questão dos aerogeradores. Hoje encontram-se aqui os Senhores Municípios que nos vêm expor essa questão.”

Interveio o Senhor Manuel Jorge dizendo: “nós estamos com problemas desde que as eólicas entraram em funcionamento. Não sabíamos dizer de onde é que vinha o problema, acontece que telefonei para a R.T.P. e só no Porto é que me informaram que quem tratava dos problemas de emissão era a ANACOM, falei com eles e ficaram com o meu contacto, quinze dias/três semanas depois, telefonaram-me a perguntar quais eram as coordenadas do local, e qual foi o meu espanto, eles já conheciam o local porque já tinham sido contactados por um vizinho nosso em nome individual.

Deslocaram-se ao local com um telemóvel junto das antenas, e outro ficou em casa; pararam as mesmas para verem se o problema vinha daí ou não, e parece que era mesmo esse. Entretanto vou ter com os indivíduos e fiquei espantado porque eles já sabiam onde eram os Barrosos, em virtude de já lá terem estado quando o meu vizinho os chamou. Depois vieram a minha casa e informaram-me que a questão se

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 29 de Dezembro de 2005*

resolvia mas que poderia demorar o seu tempo, porque já tiveram o mesmo problema em Resende e tiveram que instalar um novo posto emissor.

Disseram para fazermos um abaixo-assinado levar à Junta de Freguesia para reconhecer as assinaturas enviar à Câmara Municipal e a mesma expor o problema à ANACOM.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “dia 15 de Dezembro, tive conhecimento pela primeira vez do assunto, que foi levantado pela Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos. O Director de Departamento Dr. Marcus Tralhão, tomou a devida nota e, nestas duas semanas, entrou em contacto com a empresa que está a explorar o Parque Eólico das Degracias. A empresa já conhecia a situação e adiantou-nos da sua disponibilidade para, com a brevidade possível, investirem num transmissor porque parece que é a solução técnica que normalmente acertam com a ANACOM e a PT.

A Câmara Municipal o que é que fez?... para além desse contacto informal com a empresa que explora o parque eólico, vai notifica-la por escrito, juntando cópia do abaixo-assinado de pessoas que representam uma parte das residências afectadas, vai enviar carta registada c/aviso de recepção, sem prejuízo de paralelamente complementar os vossos contactos. Portanto, o que a Câmara vai fazer é adiantar, é procurar acelerar o mais possível todo este processo, porque uma coisa é dizerem-nos, vamos fazer o investimento no retransmissor outra coisa é não saber se isso demora um mês/seis meses ou um ano. Iremos fazer chegar à empresa cópias do que vos disseram para chegar lá, e faremos chegar naturalmente, às próprias estações televisivas para que não haja nenhum agente ligado ao processo que amanhã possa invocar que desconhece o assunto.

Podemos adiantar que a empresa que investiu no parque eólico conhece o problema porque o teve noutros lados onde têm outros parques eólicos, e revelou disponibilidade para o resolver... cabe-nos a nós juntar a nossa voz à vossa e tentar estreitar o mais possível esse prazo, ainda que eu não esteja em condições, porque não disponho de dados por escrito formais, para vos poder dar nota de qual é. Adianto que os serviços da Câmara Municipal farão todas as “demarches”, terão as atitudes que se revelarem necessárias e adequadas para abreviarem o mais possível o processo, para que caminhemos o mais rapidamente para o final do transtorno que vos estão a causar.”